



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVIII – Nº 003 – QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** - PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** - PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** - PSDB-TO

1º Secretário

Deputado **GEDDEL VIEIRA LIMA** - PMDB-BA

2º Secretário

Senador **ALBERTO SILVA** - PMDB-PI

3º Secretário

Deputado **NILTON CAPIXABA** - PTB-RR

4º Secretário

Senador **SÉRGIO ZAMBIASI** - PTB-RS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 12 DE MARÇO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. 00238

1.2.1 – Fala do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney

1.2.2 – Oradoras

Senadora Serys Slhessarenko – Deputada Jandira Feghali – Senadora Iris de Araújo. 00238

1.2.3 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha

1.2.4 – Oradores (Continuação)

Senadora Ana Júlia Carepa – Deputada Iara Bernardi – Senadora Fátima Cleide – Senadora Lúcia Vânia – Deputada Janete Capiberibe

(Art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) – Senadora Ideli Salvatti – Deputada Alice Portugal – Senadora Patrícia Saboya Gomes – Deputada Francisca Trindade – Deputada Denise Frossard – Deputada Almerinda de Carvalho – Deputado Maurício Rabelo – Deputada Sandra Rosado – Deputada Maria do Rosário – Deputada Lúcia Braga – Deputada Fátima Bezerra – Deputada Maria Helena – Deputada Perpétua Almeida – Senador Magno Malta – Senador Eduardo Suplicy – Deputada Ann Pontes – Deputada Rose de Freitas – Senador Antonio Carlos Valadares (Art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) – Deputado Pompeo de Mattos (Art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal)..... 00247

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 2ª Sessão Conjunta (Solene), em 12 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,
do Sr. João Paulo Cunha e da Sra. Iara Bernardi.*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas, no
Plenário do Senado Federal)*

*Compõem a Mesa o Presidente do
Congresso Nacional, Senador José Sarney
e, a sua esquerda, o 1º Vice-Presidente do
Congresso Nacional, Deputado Inocêncio
Oliveira.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Convido para compor a Mesa a Ministra da Assistência e Promoção Social, Srª Benedita da Silva, que honrou esta Casa com o desempenho brilhante do seu mandato de Senadora.

Quero aproveitar a homenagem que o Senado presta hoje à mulher para saudar a sua presença na política, visto que, em sua dupla jornada, ela participa da tarefa de criar e administrar o Estado.

A política é o universo do possível, onde todas as questões estão perpassadas do contingente, onde o único guia é a intuição. Muito antes das teorias das probabilidades, já as mulheres sabiam da instabilidade das instituições e da necessidade de mantê-las. Sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres, com sua extraordinária inteligência intuitiva.

Roma foi a mais discriminadora de todas as sociedades. Apesar disso, quando se formou o Império Romano, com o endeusamento dos césores, um lugar especial foi destinado a Lúvia Augusta, que controlou a economia de Roma durante os governos de seu marido, Augusto, e de seu filho, Tibério. Estas informações estão em Suetônio e em Tácito.

Na Constituição do Império, tivemos, pela primeira vez, a instalação do Poder Legislativo no Brasil. E essa Constituição dizia, em seu art. 46, que os príncipes da Casa Imperial seriam Senadores, por direito, e teriam assento no Senado. Quero então ressaltar

que a primeira Senadora do Brasil foi a Princesa Isabel. Ela pertenceu ao Senado Federal e também ocupou a Regência várias vezes, durante a ausência do Imperador. Além disso, foi a primeira mulher cassada como Senadora na História da República, pois quando esta foi proclamada, os mandatos do Senado foram cassados.

Quero, portanto, homenagear nesta data a determinação, o senso de justiça e a segura intuição nos obscuros caminhos da política, que as mulheres iluminam. Reverencio todas as mulheres lutadoras, heróicas, bravas, destemidas, humanas, trabalhadoras, mães, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres do Brasil, nesta sessão que se realiza hoje no Senado.

Antes de dar a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, convido a Ministra Ellen Gracie para fazer parte da Mesa. S. Exª honra as mulheres com seu trabalho no Supremo Tribunal Federal.

Convido, também, para compor a Mesa, a Governadora em exercício do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, que é uma expressão da liderança feminina.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, senhores representantes de todas as entidades convidadas, senhoras e senhores, e, por último, e de propósito, a Mesa, à qual também saúdo, Sr. Deputado Inocêncio Oliveira; saúdo a Câmara dos Deputados e, especialmente, todas as nossas Deputadas Federais, que ajudaram a promover esta sessão. Uma saudação especial às Senadoras, que assinaram o requerimento – aprovado por unanimidade – para realização desta sessão solene.

Faço uma especial saudação a essa Mesa linda e maravilhosa – não há outro adjetivo –, pois é composta por uma Ministra do Supremo Tribunal Federal,

uma Ministra do Governo Federal, a nossa querida Bené, e uma Governadora. O poder político está aqui muito bem representado. Se fosse possível, gostaria que uma das Sr^{as} Deputadas também compusesse a Mesa.

Neste momento, chega ao plenário mais uma Ministra, mais uma heroína das lutas das mulheres, a nossa querida Emília Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Serys Slhessarenko, peço licença para interromper V. Ex^a, justamente para convidar a ex-Senadora Emília Fernandes, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, para tomar assento a esta Mesa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Se fizermos um histórico, uma retrospectiva das lutas das mulheres pelos tempos, constataremos que nós, mulheres da atualidade, temos um compromisso gigantesco diante de nós, porque muitas mulheres perderam a vida, derramaram o sangue, lutando pelo resgate da sua cidadania e da sua dignidade. E, em nome dessas mulheres, conclamo todas as companheiras, todas as mulheres aqui presentes. E faço aos homens uma deferência muito especial, porque os que estão aqui hoje, com certeza, acreditam que nós poderemos construir uma sociedade justa, uma sociedade dos iguais, uma sociedade em que não exista oprimido e opressor, uma sociedade em que a discriminação contra a mulher tenha fim. E só com homens e mulheres comprometidos, em conjunto, vamos construir essa sociedade. Por isso, uma saudação muito especial a todos os homens que aqui estão. Com certeza, é com a participação desses homens que avançaremos no nosso processo de conquistas.

Não vou fazer a retrospectiva das lutas das mulheres através dos tempos, porque o tempo é curto e muitas companheiras querem fazer uso da tribuna no dia de hoje.

Mas quero dizer que a discriminação contra a mulher foi e ainda é uma realidade. Infelizmente, a mulher é discriminada no trabalho, na família, onde a violência contra ela ainda é muito grande. Há dados assustadores, aterradores, que demonstram isso. E o alijamento da mulher do poder político ainda é muito grande.

As pessoas costumam dizer que, no Senado, a participação da mulher cresceu cem por cento. Cresceu mesmo. Nas últimas eleições, passamos de seis para dez mulheres Senadoras – e a Senadora Marina Silva está licenciada, pois é Ministra. Mas cresceu pouco, pouquíssimo, se considerarmos que de 81 ca-

deiras, 72 ainda são ocupadas pelos companheiros homens.

E digo sempre que nós, mulheres, não queremos ser mais, mas também não queremos ser menos do que os companheiros homens, queremos ser iguais, porque acreditamos que nós, que gestamos a vida, somos capazes, sim, de levar políticas públicas sérias avante para preservar a vida que gestamos. Por isso, queremos a participação na política sim, queremos a participação no poder político sim.

No Senado, hoje, sou a única mulher que compõe a Mesa Diretora, aliás, sou a única mulher que compõe a Mesa Diretora do Congresso Nacional. E essa é uma responsabilidade muito grande, mesmo sendo uma suplência. Estamos conquistando e vamos conquistar muito mais espaço político com nossa luta e esforço conjunto.

Há poucos dias, apresentamos um projeto de lei para a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Questões de Gênero, porque consideramos sua existência de extrema importância, uma vez que há muitos projetos relacionados à mulher que vão de uma comissão para outra, avançando lentamente. Também estamos elaborando um projeto de lei que assegure a participação de 30% de mulheres na composição da Mesa Diretora do Senado Federal. E acreditamos que os Srs. Senadores serão os maiores apoiadores dessa idéia.

Rapidamente, quero dizer que a frente feminina é composta por grandes companheiras batalhadoras. Vou citar os nomes de apenas duas: Iara Bernardi e Jandira Feghali. Em nome delas, saúdo todas as Deputadas Federais, que são mulheres de muita luta. Falei que iria citar só duas companheiras, mas vejo ali uma desbravadora na luta das mulheres em todos os sentidos – no Executivo, no Legislativo –, que é a companheira Erundina, uma grande mulher. Peço desculpas àquelas que não foram citadas, mas cada vez que olho para o plenário, tenho vontade de me referir a mais uma companheira.

Nós participamos da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, liderada por nossas Deputadas Federais e pela Senadora Patrícia Gomes, que também está nessa luta.

Como somos apenas nove Senadoras, citarei o nome de todas: Ideli, Ana Júlia, Heloísa Helena, Fátima Cleide, Roseana Sarney, Lúcia Vânia, Íris, Patrícia Gomes e eu, Serys Slhessarenko. As Deputadas eu saúdo por intermédio das que citei.

Saúdo todas as mulheres Ministras, as mulheres das profissões liberais, as mulheres funcionárias

públicas, as mulheres trabalhadoras rurais, essas mulheres anônimas, lutadoras e batalhadoras, que passam toda sorte de necessidade no dia-a-dia para poder sustentar as suas famílias, a elas uma saudação muito especial; às mulheres das Forças Armadas, que hoje estão aqui presentes, instituições que há tempos atrás não admitiam a presença da mulher, mas hoje elas estão lá, atuando com muita galhardia, competência e compromisso.

Após toda essa saudação às mulheres, gostaria de fazer, como já disse, um longo discurso, mas o tempo urge. Precisamos construir uma nova sociedade, uma sociedade com novos valores, uma sociedade que, após o 11 de setembro, quando as torres do World Trade Center foram detonadas, tem que ter ficado clara para a humanidade, para o planeta. Nós temos que fazer um esforço muito grande para mudar esses valores. Temos também que fazer um esforço sobre-humano para evitar que essa guerra infame estoure a qualquer momento, por vontade e alegria do Sr. Bush. (Palmas.)

A detonação das torres do World Trade Center foi uma coisa terrível que fez o mundo inteiro chorar, e espero que tenha feito a humanidade entender e aprender que não adianta mais valorizar a competitividade, a disputa, porque isso não leva a nada. De que adianta ser o maior economicamente e ter o símbolo da economia mundial – as torres do World Trade Center – detonado em poucos segundos? De que adianta ser o maior belicamente e ter o Pentágono detonado em poucos segundos?

O que precisamos realmente, meus senhores e minhas senhoras, é mudar os valores, é dar um basta à competitividade, à ganância da humanidade. Os valores que precisam ser construídos são os da solidariedade e da fraternidade.

Muito obrigada a todos e a todas. Recebam o meu carinho muito especial. (Palmas.)

Sr. Presidente, antes de finalizar, gostaria apenas de ler o nome das convidadas: a Sr^a Clara Chaves, da Comissão Nacional das Mulheres do PT; a Sr^a Ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva; a Sr^a Ministra do Superior Tribunal Federal, Sr^a Ellen Gracie Northfleet; a Sr^a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Sr^a Emilia Fernandes; as representantes da Aeronáutica: Segundo-Tenente CSO Karina Ogo, Segundo-Tenente SJU Renata Ricarte Domiciano Ferreira, Primeiro-Sargento SAD Jacqueline Rodrigues e Primeiro-Sargento SAD Kátia Wanderley Sales; as representantes da Marinha: Sr^a Capitão-de-Corveta Marise Silva Carneiro, Capi-

tão-Tenente Leonisia Marta Cardoso Severo, Terceiro-Sargento Fernanda Gabriela Consenza Mendes; as representantes do Exército: Primeiro-Tenente Ana Maria da Silva, Primeiro-Tenente Ana Paula de Saraiva Barbosa, Primeiro-Tenente Salete Alves de Carvalho; a Sr^a Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, Dr^a Zilda Arns, que muito nos honra com a sua presença, essa mulher do mundo, do planeta. A Sr^a Bibliotecária Simone Bastos Vieira – aliás, na data de hoje é comemorado o Dia do Bibliotecário –; a Cobradora de ônibus Andréia da Silva; a representante do MST, Sr^a Maria José Bezerra; a Sr^a Juíza da 1^a Vara do Trabalho de Goiânia, Sr^a Narayana Hannas; a Jornalista Eliane Catanhêde; a Médica Maria Tereza Maris Tavares; a Enfermeira Janine Brixner; a Funcionária Pública, Sr^a Sarah Abraão; a senhora que representa o Clube da Terceira Idade, Sr^a Maria Celeste Carneiro de Farias Viana; a Sr^a Secretária do BIRD, Patrícia Melo; a Funcionária Doméstica Eliane Aparecida; a Sr^a Maria Aparecida Braule Pinto – conhecida como Dona Lia, mãe do menino Pedrinho, que foi seqüestrado da maternidade e reencontrado após 17 anos –, que representa o amor extremado de mãe; a Professora Consuelo Campos; a bancária Vaine Vincentini Campos; e, finalmente, as estudantes que estavam recepcionando as convidadas com rosas: Natasha Karenina Zemuner Lemos, Lara de Tarso Siqueira Carneiro Pinheiro, Vanessa Amorelli e Gabriela Amorelli, todas do Ensino Fundamental.

Saudamos aqui as mulheres recém-nascidas e aquelas que estão na terceira idade. Todas temos que estar juntas, batalhando, nos organizando e lutando para o avanço das nossas conquistas.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero prestar também uma homenagem muito especial à Senadora Serys Slhessarenko e, na pessoa dela, a todas as mulheres parlamentares, pedindo que S. Ex^a passe a presidir esta sessão, como membro da Mesa do Senado Federal. (Palmas.)

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Reverenciamos aqui realmente a todas as mulheres no nosso discurso e a todos os homens aqui presentes. Quero dirigir uma saudação ao Presidente do Congresso e gostaria de dizer que estou superanimada com a lista de inscrição, pois todas as mulheres

estão querendo falar. Isso é muito importante; é um sinal dos tempos.

Gostaria de começar concedendo a palavra à Deputada Jandira Feghali, que fala pela Câmara dos Deputados.

Vão dizer que estou manobrando, porque já falei, mas gostaria de pedir que prestemos um pouco de atenção ao tempo, porque já temos vinte inscrições.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Gostaria de cumprimentar a Senadora Serys e também o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, um aliado do movimento feminista das mulheres do Parlamento brasileiro, a nossa Ministra Benedita da Silva, bem-vinda do Estado do Rio de Janeiro para o comando nacional das políticas de assistência social – nossa recém-gestora do Estado do Rio de Janeiro, que enfrentou muitas dificuldades, mas com muita coragem e com muita dignidade –, a Ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, a nossa colega parlamentar e hoje Secretária Especial da Secretaria da Mulher, nossa Ministra Emilia Fernandes, nossa Governadora em exercício Maria Abadia, e particularmente a todas as mulheres e homens aqui presentes.

De alguma forma, todas nós construímos uma amostragem, muito positiva, seja no mundo civil ou militar, seja na institucionalidade parlamentar, na institucionalidade do Executivo, do Judiciário, mas, essencialmente aquelas mulheres que, de um jeito ou de outro, anonimamente ou não, aqui representam um instrumento fundamental da sociedade brasileira: o movimento social organizado, as entidades representativas das lutas de gênero e da luta das mulheres e que hoje se sentam aqui, na Casa do povo – e assim deve ser – para representar as suas diversas ações em prol dos direitos da mulher e que, como movimento autônomo e independente da institucionalidade brasileira, tem dado uma enorme contribuição à nossa luta política.

Aqui, hoje, vejo uma representação muito ampla, muito plural, muito qualificada, que vai do Movimento Indígena ao Movimento dos Sem Terra, os trabalhadores de serviço liberais, trabalhadoras domésticas a mulheres anônimas, que não representam uma entidade ou um partido, mas representam a consciência de quem hoje busca se integrar na luta política.

A Bancada Feminina já virou uma figura jurídica dentro da Casa. As pessoas hoje não perguntam o

que uma parlamentar pensa a respeito de um determinado assunto, mas o que pensa a Bancada Feminina. Essa é uma construção. Somos o resultado de um trabalho de quando havia apenas uma parlamentar, depois aumentou para três, na Constituinte fomos quase trinta, reduzindo e aumentando um pouco mais. Hoje ainda somos poucas. É a construção de uma busca ampla de trabalho suprapartidário, respeitando os compromissos programáticos partidários de cada uma.

É ilusão imaginar que vamos atuar sempre de forma uníssona, defendendo as mesmas coisas. Não iremos. Porque somos mulheres de Partido e os Partidos têm seus programas. Mas temos feito um imenso esforço para fazer com que essa atuação suprapartidária consiga resultados importantes para as mulheres brasileiras, tentando trabalhar nas coincidências e não nos dissensos, e tentando, da forma mais ampla possível, fazer com que as mulheres se projetem, ocupem espaços. E, afinal, que o limite que todas nós rompemos – porque não fomos projetadas para estar aqui, rompendo limites – seja cada vez menor para que nós possamos falar cada vez mais.

Dou um testemunho muito pessoal, ao participar da bancada feminina no Congresso, da sensibilização crescente dos homens parlamentares, numa Casa profundamente masculina, que traz de fora uma cultura realmente predominante da visão do homem, que a sociedade ainda expressa, mas que vem, inclusive, mudando os seus votos, seus conceitos e concepções em relação à mulher. Coisas que antes eram consideradas estéticas, como uma cirurgia reparadora de mama em pessoa vítima de câncer, hoje é considerada como uma necessidade da sensualidade, da plenitude e da saúde da mulher.

São conceitos que vão se modificando e esse é um trabalho nosso, da sociedade brasileira e que vem se compondo com as igrejas e com os movimentos organizados.

Essa Bancada escolheu, acertadamente, um tema para esse Dia 8 de março, para esta sessão solene: a luta pela paz e contra a pobreza, pois essa é uma marca fundamental hoje no mundo e no Brasil. Nós não apenas levantamos a voz contra essa ameaça real e concreta de guerra, que vai colocando à frente da vida, à frente dos civis, à frente da cidadania e à frente do futuro da humanidade o comando bélico-militar e comercial sobre reservas de petróleo. Um barril de óleo, hoje, está valendo mais do que uma vida ou do que milhares de vidas. E essa posição norte-americana tem uma iminente derrota no Conselho

de Segurança da ONU, para desespero dos desvariados do governo norte-americano. Isso levanta uma questão grave: será que, apesar do posicionamento da ONU, eles avançarão para a guerra? Isso demarca a possibilidade de instabilidade de um organismo multilateral e de mudança da nova ordem da segurança internacional, porque um veto no Conselho de Segurança da ONU deveria ter o peso de impedir a ação dos Estados Unidos, que, lamentavelmente, insistem em avançar com os seus dois discípulos: os Governos do Reino Unido e da Espanha.

Apesar das manifestações gloriosas que vão se fazendo dentro do território do Reino Unido e mesmo da Espanha, eles insistem em se acoplar a essa posição do Presidente norte-americano.

É importante lembrar que o ex-Presidente Bush, pai, declarou em 1991 que havia uma nova ordem mundial e o atual Presidente Bush, filho, está prestes a estabelecer a nova desordem mundial, colocando em risco toda a humanidade, sob o pretexto de combate ao terror. Esse argumento é o mais fantástico, já que o governo norte-americano é o maior incubador de terrorismo de Estado que o mundo conhece. E, sob o pretexto de combate ao terror, ele vai avançando sobre vidas e sobre a humanidade, rompendo toda a possibilidade de uma ordem internacional segura.

Mas é importante abordar um aspecto a que as pessoas, às vezes, não se atentam e que tem uma relação direta conosco. De acordo com o Alto Comissariado das Nações para os Refugiados, há aproximadamente 50 milhões de desabrigados em todo mundo. Refugiados que foram obrigados a deixar o seu país de origem em busca de segurança e desabrigados dentro de seus próprios países. Desse total, 80% são mulheres e crianças.

O estudo informa, ainda, que a porcentagem de vítimas civis em conflitos bélicos subiu de 5% para mais de 90% nas últimas décadas. Do total de mortes por armas de fogo, 80% são mulheres e crianças. Contraditoriamente, é esse enorme contingente feminino que sobrevive e encontra forças para recomçar.

Dados históricos apontam que, após a Segunda Guerra, a maioria dos países europeus apresentava uma enorme discrepância entre o número de homens e mulheres. A média chegava a numa proporção de sete mulheres para quatro homens. Uma força invisível, uma legião de mulheres que herdou a tarefa de reconstruir. Uma missão que tem sido, guerra após guerra, realizada solidariamente em condições inimagináveis.

Lutar pela paz, **lato sensu**, também é lutar contra todas as formas de violência. Não podemos deixar de nos chocar com os dados de violência contra a mulher. A todo minuto, mulheres são abusadas, humilhadas, agredidas, violentadas, espancadas, exploradas, mortas, na maioria das vezes por homens que são próximos a elas. Segundo avaliação feita durante a chamada Marcha Mundial das Mulheres, quatro milhões de meninas e mulheres são compradas e vendidas no mundo por ano. Somente na região do sudeste da Ásia, cerca de 70 milhões de mulheres e crianças foram vítimas do tráfico sexual nos últimos dez anos. Na Índia, cinco mulheres, em média, são queimadas todos os dias por motivos ligados a seus dotes. Na União Européia, cerca de três milhões de trabalhadoras foram assediadas sexualmente. Nos Estados Unidos ocorre um estupro a cada seis minutos. O Unicef avalia que uma mulher entre dez, no mundo, é vítima de um estupro uma vez na sua vida.

No Brasil, o registro de atendimentos realizados nas Delegacias da Mulher, no ano de 1999, que nós sabemos ser apenas a ponta do **iceberg** da violência doméstica, somou impressionantes 326 mil atendimentos, e 8,3% do total dos assassinatos cometidos no Brasil no ano de 2002, foram contra as mulheres e, em algumas regiões, como Roraima, Goiás, Minas Gerais e Acre, esses números superam em muito a média nacional, segundo dados do IBGE.

Ao lado dessa realidade, apresenta-se também a “feminização” da pobreza – e nós marcamos o lema da luta contra a pobreza. É chocante constatar que a maioria dos 1 bilhão e meio de pessoas que vivem com um dólar ou menos, por dia é constituída por mulheres. O fosso entre homens e mulheres não parou de aumentar na última década em todo o mundo. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, estabeleceu rumos, diretrizes e ações para esse combate.

Quero dizer, com muita tranquilidade e certeza, que a esperança que nos moveu para a mudança do poder político no Brasil é uma esperança que ainda está muito viva entre nós. E espero que, nesse novo quadro político de forças, possamos confrontar pelo menos uma década de desastres e de violações, de miserabilidade, de desmonte do Estado nacional e de privatização do que era público e de entrega absoluta de nossa identidade e da nossa cidadania aos grandes mercados e ao mercado financeiro.

Antes de discutirmos o capital financeiro, temos que discutir a perda do capital humano. São gerações e gerações, atuais e futuras, que vão se perdendo

numa política de abandono da infância e da juventude que, sem alternativa, vão sendo cooptadas pelo tráfico e levadas à morte aos 15, 16 e 20 anos. Precisamos fazer a interrupção, a interceptação desse círculo perverso. Vamos enfrentar a perda do capital humano, enfrentando o enriquecimento do capital financeiro e jogando este país num novo ciclo.

Para isso, precisamos romper com a lógica macroeconômica, precisamos investir neste país, na cidadania feminina, para diminuir o desespero – que é quase que uma música – do choro de mães populares que perdem seus filhos aos 15 anos de idade, órfãos de alternativas e de políticas públicas no País. Isso para não falar de todas as orfandades vividas por 10 anos de uma política absolutamente descomprometida com os problemas do País, seguindo ordens abertas e concretas de instituições financeiras de fora do nosso território e da nossa realidade.

Temos que apostar nessa possibilidade, fazer crescer a esperança, parabenizar todas as ações que, independentemente do poder público, trabalharam intensamente pela população, como a Pastoral da Criança, aqui representada por Zilda Arns, e por tantos outros que tentaram remar, apesar da maré montante, para tentar tratar a cidadania e a qualidade de vida da população brasileira.

Nossa luta para que possamos juntos, homens e mulheres, construir uma realidade diferente. A lógica fria e assassina de que se faz necessária uma intervenção militar para garantir o comando norte-americano sobre a política e a economia, sustentada pelas grandes reservas petrolíferas do território iraquiano, humilha a humanidade, desrespeita os direitos humanos e explora ainda mais as mulheres.

Como é possível se ter paz com fome? Como é possível se ter paz quando se vive na miséria? Como é possível se ter paz, quando somos submetidos ao comando bélico e armamentista? Como é possível se ter paz sem que as pessoas se insiram no mundo?

Quero aproveitar para fazer a denúncia final, na medida em que meu tempo já está profundamente esgotado. A paz deve vencer também as guerras financiadas e apoiadas pelo terrorismo de estado da América do Norte.

Quero aqui lembrar o genocídio palestino, os bloqueios contra Cuba e as mortes, aos milhões, por causa da fome e da miséria, financiados por essa política, como se os membros do governo norte-americano fossem os donos do mundo, o que não é a posição, necessariamente, do seu povo.

A luta pelos direitos das mulheres é também a luta pela paz.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Concedo a palavra à Srª Senadora Íris de Araújo.

Enquanto a Srª Senadora se dirige à tribuna, gostaríamos de registrar as presenças do Sr. Presidente da Câmara, do nosso Deputado João Paulo e a do Deputado Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso.

Concedo a palavra à Senadora Íris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – A minha saudação à Ministra Emilia Fernandes, à Ministra Ellen Gracie, à Ministra Benedita da Silva e à nossa colega Serys Shlessarenko, que, neste momento, preside a Mesa com bastante competência.

Eu gostaria de dizer que houve uma deferência por parte do Presidente José Sarney, que acolheu imediatamente o nosso requerimento para que esta sessão se realizasse, para que comemorássemos este dia tão importante para nós. Essa Senadora praticamente assumiu para si a tarefa da viabilização desta homenagem. Temos que parabenizá-la e agradecer-lhe por isso.

Cumprimento o Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney, que há pouco estava aqui; o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, o Deputado Inocêncio de Oliveira; a Governadora em exercício, Maria Abadia; a Srª. Presidente, as Srª.s e os Srs. Senadores, as Srª.s e os Srs. Deputados, as Srª.s e os Srs. Convidados.

O Dia Internacional da Mulher, que, excepcionalmente, comemoramos hoje, é um momento especial para todos refletirmos sobre o papel da mulher na história e no mundo atual, sobre a luta por melhores condições de vida e de trabalho, sobre a sua participação na vida política, na administração pública e nas empresas particulares. É o momento de refletirmos sobre os direitos humanos, sobre todos os tipos de discriminação, sobre a igualdade entre os homens e mulheres e sobre a dignidade de todos os seres humanos.

Vivemos num mundo cheio de incertezas, com graves riscos de eclosão de mais uma guerra de consequências imprevisíveis, de crises econômicas, sociais e políticas, em que a violência física é uma constante, e a mulher é a primeira a sofrer os efeitos negativos de todas essas situações.

A mulher sofre com o desemprego do marido, dos filhos e dos entes queridos. Sofre com o aumento

da criminalidade, que atinge grande número de pessoas e de famílias. Sofre pelos doentes, pelos desvalidos, pelos excluídos, pelos famintos, pelos conhecidos e até pelos desconhecidos. A sensibilidade feminina é capaz de ver no próximo, antes de tudo, um irmão.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, demais presentes, convidados, a luta das mulheres por melhores condições de vida não tem sido apenas aquela luta diária de tantas mulheres humildes que doam suas vidas em benefício de suas famílias, do marido e dos seus filhos.

O Dia Internacional da Mulher surgiu em memória ao sangue derramado por mulheres de fibra, mulheres de coragem.

O 08 de março relembra as operárias têxteis de Nova Iorque, mortas num incêndio criminoso provocado pelos próprios patrões; relembra a trajetória das mulheres russas, que lutavam por pão, terra e paz, em 1917; relembra a Marcha Mundial das mulheres, realizada no ano 2000, que mobilizou representantes de 161 países contra a pobreza e contra a violência. O 08 de março lembra nós, mulheres brasileiras, aquelas mulheres sem terra, sem teto e que precisam urgentemente do Programa Fome Zero. Todas heroínas, lutadoras, mulheres guerreiras, que não se acomodam. Mulheres que têm a capacidade e a coragem de dar a vida e o sangue para salvar outras vidas e para melhorar a vida de gerações futuras.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desde o dia 08 de março de 1857, essa data se firma pelo seu conteúdo, importância e simbolismo. Esse episódio histórico representa, igualmente, uma das mais abomináveis demonstrações do capitalismo selvagem, desumano e impiedoso, em que a ganância e a cobiça pelo dinheiro destroem qualquer noção de fraternidade, de solidariedade, de ver o próximo como irmão, como outro igual, sem distinção de pessoa, sem discriminação de qualquer natureza.

Do 08 de março de 1857 ao 08 de março de 2003, decorreram 146 anos e muitas conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas para as mulheres. Aparentemente, foram muitas as conquistas das mulheres ao longo da história, desde o direito de votar e ser votada até o direito de ingressar nas Forças Armadas. No entanto, essas conquistas ainda representam pouco frente ao direito inalienável de igualdade das mulheres como seres humanos, livres, que devem ter a garantia de igual tratamento em relação aos homens.

Não precisamos, Srªs. Ministras, Srªs. Senadoras, Srªs. Deputadas, Srªs. convidadas, ir à África, pobre e maltratada, nem analisar a situação deplorável da mulher afegã, proibida de se alfabetizar e obrigada a usar vestimentas que mais lembram uma prisão móvel. Basta olharmos para nós mesmas, basta nos debruçarmos nas imagens tristes das mulheres de Guaribas, do Vale do Jequitinhonha, da periferia das grandes cidades, do semi-árido nordestino, das cidades pobres do interior do meu Estado de Goiás e de todo o Brasil.

Aqui mesmo, nas proximidades da Praça dos Três Poderes, da Esplanada dos Ministérios, do Palácio da Alvorada, podemos ver pobres mulheres famintas, catadoras de lixo, com muitos filhos para criar e tão pobres quanto suas irmãs africanas, implorando por dias melhores.

Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, lutamos por uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens.

Lutamos pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas, que constituem a maior população do Brasil e do mundo.

A chamada globalização econômica nada, ou quase nada, trouxe de positivo para a maioria das mulheres dos países pobres, a não ser muito desemprego e umas poucas migalhas do festim e dos banquetes dos países ricos, os poucos beneficiários dessa ordem mundial desigual e injusta.

As mulheres geralmente são as maiores vítimas de todas as crises econômicas, sociais e políticas, pois são obrigadas a cuidar de suas famílias quando existem perdas de renda, de emprego e queda nas condições de vida.

A IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em setembro de 1995, mostrou ao mundo inteiro a situação de desigualdade em que vivem as mulheres em quase todos os continentes, em que representam a maioria da população analfabeta, e cujos salários são, em média, 40% inferiores aos dos homens em postos de trabalho iguais ou equivalentes.

Ainda estamos lutando pela aplicação prática dos princípios constitucionais da igualdade de direitos e obrigações dos cônjuges, especialmente no que diz respeito à capacidade civil e política, bem como à manutenção e educação dos filhos.

Ainda estamos lutando para que todos, homens e mulheres, tenham a mesma dignidade social e o mesmo tratamento perante a lei; para que ninguém goze de benefícios ou privilégios injustificados; para que ninguém seja prejudicado ou tenha algum direito negado em decorrência de sexo, raça, língua, origem, convicção política ou religiosa, nível educacional, situação econômica ou condição social.

É uma luta longa, contínua, que recomeça a cada dia, e todos os dias. Sem desespero, sem desânimo e, principalmente, sem desistência ou medo do fracasso, porque a causa é justa, meritória e digna de toda a nossa dedicação.

Não podemos aceitar o tratamento dado à mulher negra, que recebe cerca de metade do salário pago às mulheres brancas, em condições semelhantes de trabalho.

O sacrifício das mulheres ainda é maior porque cerca de 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres que ganham pouco mais do que o salário mínimo e recebem cerca de 40% a menos que os salários dos homens.

Não podemos aceitar essa situação em que um grande número de mulheres ainda morre em decorrência de problemas de gravidez, equiparando o Brasil aos países pobres da América Latina.

Não podemos aceitar a situação de desigualdade, pela qual a maioria das brasileiras, principalmente as mulheres pobres, é obrigada a enfrentar duas ou três jornadas de trabalho e ainda cuidar de filhos, doentes, idosos e parentes abandonados.

As crises brasileiras, todas as crises dos serviços públicos de saúde, educação, transportes, abastecimento de água e esgotos prejudicam primeiramente as mulheres, que suportam a maior parte ou a totalidade do ônus e das consequências negativas da oferta insuficiente e da falta de qualidade desses serviços públicos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Srª Senadora, mais dois minutos, por favor, porque há um clamor geral pelo tempo e ainda temos vinte inscritos.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Antes de terminar e para amenizar a dureza dos dados do meu discurso, gostaria de lembrar Cora Coralina, uma mulher maravilhosa, uma goiana, uma poetisa que, em contribuição ao Ano Internacional da Mulher de 1975, fez este poema:

Mulher da Vida,
Minha irmã.
De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada dos mais torpes sinônimos, apelidos e apodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à-toa.
Mulher da Vida,
Minha irmã.
Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.
Desprotegidas e exploradas.
Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.
Necessárias fisiologicamente.
Indestrutíveis.
Sobreviventes.
Possuídas e infamadas sempre
por aqueles que um dia as lançaram na vida.
Marcadas. Contaminadas.
Escorchadas. Discriminadas.
Nenhum direito lhes assiste.
Nenhum estatuto ou norma as protege.
Sobrevivem com a erva cativa dos caminhos,
pisadas, maltratadas, renascidas.
Flor sombria, sementeira espinhal
gerada nos viveiros da miséria,
da pobreza e do abandono,
enraizada em todos os quadrantes
da terra.
Um dia, numa cidade longínqua,
essa mulher corria perseguida pelos homens
que a tinham maculado. Aflita, ouvindo
o tropel dos perseguidores e o sibilo
das pedras,
ela encontrou-se com a Justiça.
A Justiça estendeu sua destra poderosa
e lançou o repto milenar:
“Aquele que estiver sem pecado atire a primeira
pedra”.
As pedras caíram
e os cobradores deram as costas.
O Justo falou então a palavra

de equidade:

“Ninguém te condenou, mulher... nem eu te condeno.”

A Justiça pesou a falta pelo peso do sacrifício e este excedeu àquela. Vilipendiada, esmagada.

Possuída e enxovalhada, ela é a muralha que há milênios detém as urgências brutais do homem para que na sociedade possam coexistir a inocência, a castidade e a virtude.

Na fragilidade de sua carne maculada esbarra a exigência impiedosa do macho. Sem cobertura de leis e sem proteção legal, ela atravessa a vida ultrajada e imprescindível, pisoteada, explorada, nem a sociedade a dispensa nem lhe reconhece os direitos nem lhe dá proteção.

E quem já alcançou o ideal dessa mulher, Que um homem a tome pela mão, a levante, e diga: minha companheira.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

No fim dos tempos.

No dia da Grande Justiça do Grande Juiz.

Serás remida e lavada de toda condenação.

E o juiz da Grande Justiça a vestirá de branco em novo batismo de purificação. Limpará as máculas de sua vida humilhada e sacrificada para que a Família Humana possa subsistir sempre, estrutura sólida e indestrutível da sociedade, de todos os povos, de todos os tempos.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

Mulher da vida, todas as mulheres somos irmãs.

Ficam registradas as nossas homenagens a todas mulheres ativas, meigas, valentes, generosas, sinceras, amigas, batalhadoras, fortes, frágeis, mães, irmãs, abnegadas, cândidas, ousadas, simples, obstinadas, plácidas, guerreiras, pacatas, revolucionárias, donas de casa, acolhedoras, sempre alegres, sempre presentes a celebrar o bem, cumprindo o propósito sagrado de dar frutos, mulher-semente, fonte do nascimento a quem Deus destinou a missão sagrada de gerar o bem mais precioso: a nossa vida!

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Realmente, há um clamor geral – não mais um pedido –, por intermédio de bilhetes e pedidos feitos pessoalmente, para que o tempo seja reduzido para três minutos, porque há muitos inscritos.

Passo a Presidência desta Mesa ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara, que fará uso da palavra, porque precisa se retirar.

Imediatamente a seguir, a Senadora Ana Júlia fará uso da palavra por três minutos. (Pausa.)

A Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Paulo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) – Não usarei a palavra por mais de três minutos, Senadora Ana Júlia, para ser justo.

Bom dia. Eu queria saudar o Plenário; a Mesa; a Secretária Especial, Senadora Emilia Fernandes; a Ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, nossa companheira; a Ministra Ellen Gracie; nosso companheiro Inocêncio Oliveira; a Vice-Governadora, Deputada Maria Abadia, e a Presidente em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

Acabamos de descerrar uma placa na Câmara dos Deputados, ampliando a galeria de ex-Deputadas com mais vinte e uma Sr^{as} Deputadas da Legislatura anterior. Foi uma homenagem singela, mas forte o suficiente para marcar o compromisso da Câmara dos Deputados com a luta das mulheres do Brasil e do mundo, em particular no momento em que vivemos, já que o Parlamento brasileiro completa cento e oitenta anos em maio. Em 1823, instalávamos o primeiro Parlamento brasileiro, e as mulheres só vieram a ocupar a sua primeira vaga em 1934. Durante esse período, as mulheres correspondiam praticamente à metade da população brasileira. E até hoje esta diferença política não foi superada. Observemos o exemplo desta Casa, o Senado. Aqui, temos 9 Senadoras para uma

composição de 81 Srs. Senadores; na Câmara dos Deputados, temos 44 Deputadas para um plenário composto de 513 Parlamentares. Portanto, na Câmara dos Deputados, sequer alcançamos a casa dos 10% de mulheres, e, aqui, no Senado, essa porcentagem vai um pouco além dos 10%. Mas não há correspondência na sociedade brasileira em que mais da metade da população seja de mulheres. Temos um problema político a superar. Não basta inserirmos na lei, por mais importante que seja, a quota – eu fui um árduo defensor dela. É preciso que o Brasil promova uma revolução político-cultural para que as mulheres tenham, efetivamente, o papel de conduzir as políticas importantes do nosso País. Isso só se faz com o comprometimento da sociedade como um todo. Este é o primeiro aspecto.

O segundo, é que na sociedade brasileira, hoje, a mulher é quem mais sofre diretamente com todas as dificuldades que conhecemos, seja a mulher da periferia das grandes cidades, seja a da área rural, seja a das comunidades indígenas.

A Senadora Iris de Araújo falou-nos da mulher que sofre com o desemprego do marido e/ou do filho. Mas ela sofre também com o seu próprio desemprego. Muitas vezes esse desemprego é decorrente de uma relação injusta estabelecida na sociedade que a obriga a cuidar da casa e a criar os filhos. Com isso, ela não tem tempo de exercer uma atividade profissional que, naturalmente, ela desejaria. Então, além de um maior índice de desemprego entre as mulheres, elas percebem um salário menor do que o dos homens, mesmo ocupando a mesma função.

No que se refere à questão da miséria e das dificuldades, as mulheres sofrem mais. Por exemplo, a criança, ao pedir comida, procura primeiro a mãe; ela se agarra à barra da saia da mãe e não à calça do pai. Quando uma criança sente frio, ela pede um agasalho em primeiro lugar à mãe, porque ela sabe que é do colo da mãe, que é do peito da mãe que pode surgir o que pode abastecê-la.

Portanto, são as mulheres que sofrem mais fortemente as dificuldades por que passa o nosso País. E ao pensarmos em políticas sociais e públicas, temos que fazê-las com o olhar feminino, pois assim poderemos pensar na estrutura da família, na criação dos filhos, em uma sociedade mais justa e um País melhor a partir deste olhar.

As mulheres, no mundo todo, lutam! Mesmo aquelas que estão atrás das burcas, elas lutam. Muitas delas retiram as burcas, passam batom e vão às ruas reivindicar os seus direitos. É isto que é a mulher!

É a mulher que luta pelos seus direitos políticos! É a mulher que briga no cotidiano para melhorar a sua condição de vida!

O nosso Parlamento, naquilo que estiver ao nosso alcance, tanto na Câmara quanto no Senado, precisa responder a essa necessidade, precisa atender a essa expectativa.

O Brasil todo tem esperança. O Brasil todo quer mudar. Precisamos ajudar. E o olhar feminino ajuda muito. O olhar feminino é aquele que pode, efetivamente, apontar para uma forma mais justa de estruturarmos a nossa sociedade.

Encerro, dizendo que a Presidência da Câmara, assim como toda a Mesa, e com certeza aqui presente o companheiro Inocêncio Oliveira, da Câmara, enfim, todos os Deputados e Deputadas estarão irmanados na causa feminista. Em particular, quero cerrar fileira com as mulheres do Parlamento brasileiro, no sentido de buscar um Brasil melhor. Podem contar comigo. E que 8 de março seja todos os dias do ano, para que possamos melhor o nosso País!

Um grande abraço e boa sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) – Passo a Presidência à Senadora Serys, e vou dar-lhe um beijo. (Palmas.)

O Sr. João Paulo Cunha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra, por 3 minutos, à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, tinha que começar por mim, não é?

Bom-dia a todos!

Srª Presidente, não nomearei a composição da Mesa em detrimento do tempo, mas cumprimento a todos, especialmente a Secretária Nacional da Mulher, Senadora Emilia Fernandes.

Srª Presidente, ao assomar à tribuna para falar a respeito do Dia Internacional da Mulher pensei em uma questão fundamental, qual seja, os desafios da liderança feminina no cenário político e social do País.

Comecei por me perguntar o que seria liderança. Consultei o “pai dos burros”, o nosso **Dicionário Aurélio**, o significado da palavra liderança e pude verificar que se trata de um conceito sempre ligado a um partido ou a um grupo; ou seja, sempre há um coletivo, não existe líder sem liderados.

Então, como pensar em uma liderança feminina nesse momento? Em que consistiriam esses desafios?

Srª Presidente, só posso pensar nessa posição rememorando a trajetória de luta das mulheres para reafirmar, em cada momento, a nossa capacidade, pois aí está o nosso maior desafio: mostrarmos o tempo inteiro que somos capazes, pois sabemos que as relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, ainda mantêm o caráter excludente.

Todas conhecem a História do porquê do 8 de março, da greve das operárias, em 1857, que causou a morte de 127 mulheres queimadas em uma fábrica de Nova Iorque. Mas talvez poucas conheçam a luta de outras operárias, como as fosforeiras, 14 anos depois. Portanto, após 17 anos elas conquistaram algum direito na relação de trabalho, quando foram, em marcha, ao parlamento britânico, oportunidade em que uma jovem de 15 anos tirou o xale que lhe cobria os cabelos e mostrou sua cabeça cobertos por parcos cabelos por causa da contaminação devido os produtos tóxicos por ela utilizados.

Portanto, essa luta das mulheres nunca arrefeceu. Há nuances que não caberiam no discurso. Hoje, no Brasil, a luta se constrói e se abriga em várias matrizes. Poderíamos falar muito de mulheres guerreiras, de mães, esposas, filhas e companheiras que habitaram e viveram no nosso País e construíram a História. História de Anitas Garibaldi – inclusive agora em um seriado da televisão –, as das Chiquinhas Gonzagas, as das Chicas da Silva, as das Zuzus Angel, as das Isas Cunhas, uma companheira paraense, as das guerrilheiras Dinás e as de tantas outras mulheres.

Mas quero falar das mulheres anônimas, mulheres que vivem no nosso País e, para sobreviverem, necessitam de políticas públicas cada vez mais específicas e direcionadas para seus problemas.

No Censo de 2000, 25% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. Mas, nas faixas de rendas mais baixas, este número cresce para 75%. Ou seja, 75% das famílias brasileiras de renda baixa são chefiadas por mulheres.

As mulheres, principalmente as de renda mais baixa, têm que muitas vezes abrir mão da sua vida familiar. Como é que ela vai conjugar família e trabalho? Ora, nas famílias de classe média ainda conseguimos resolver isso, mas nas de renda baixa, muitas vezes, para que a mulher possa sobreviver sem o apoio do Estado, ela se vê obrigada a fazer arranjos precários, expõe sua família a risco, muitas vezes deixando seus

filhos sozinhos. E não são poucos os casos que vemos na imprensa, infelizmente, de crianças que morrem, por diversos motivos, porque ficaram sozinhas em casa.

Eu poderia falar também da já mencionada diferença salarial de que as mulheres são vítimas. Estatisticamente, ainda recebem 40% a menos que os homens. Outro assunto é a violência, que, infelizmente, ainda existe e é muito praticada, em todos os aspectos: a violência doméstica, o assédio sexual, o estupro, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o turismo sexual, a violência física, como o espancamento, o assédio moral, enfim, diversos tipos de violência.

No entanto, quero fazer uma proposta, Srª Presidente Serys Slhessarenko, para que, neste mês de março, iniciemos uma discussão sobre um assunto muito sério, que é o crescimento do número de mulheres infectadas pelo vírus HIV. Dados atuais sobre a saúde da mulher mostram que o aumento dos casos de Aids acontece em mulheres jovens e casadas, que são, muitas vezes, infectadas pelos seus próprios companheiros. Hoje, no mundo, há mais de 12 milhões de mulheres infectadas pelo vírus da Aids. Dos 30 milhões de adultos infectados que vivem atualmente, 42% são mulheres.

Neste pouco tempo, devo dizer que se trata de um desafio para nós. Aqui, há mulheres anônimas, mas estão presentes também as que são lideranças, cada uma em seu respectivo grupo, e temos um grande trabalho a desenvolver neste País. Com certeza, trata-se de um grande desafio, embora já tenhamos avançado muito. Muitas leis nesse sentido já foram aprovadas, inclusive uma que julgo importantíssima, mas que foi vetada, infelizmente. Será necessário que a reavaliemos. Refiro-me à lei que afasta o agressor da residência, em vez de simplesmente a mulher ter que ir para um albergue. O afastamento cautelar do agressor é fundamental, porque, além do exemplo, não estaremos tirando a mulher de sua convivência familiar.

Portanto, concluo esta homenagem a todas as mulheres do Brasil, em especial às mulheres do meu Estado, o Pará. Nós, grandes mulheres, não queremos mais estar “atrás dos grandes homens”, queremos estar lado a lado, sim, deles, construindo uma outra sociedade, justa, igualitária, humana, lutando pela paz, porque nós, mulheres, que concebemos a vida, vamos defendê-la até o último momento. Queremos uma sociedade em que todas nós, junto com os nossos companheiros, possamos viver nossas dife-

renças, sim – porque somos diferentes, graças a Deus –, mas queremos vivê-las com direitos iguais.

Parabéns a todas! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – Mais uma vez, solicitamos a atenção dos oradores para a questão de tempo.

Convido para tomar assento à mesa a Deputada Jandira Feghali.

Concedo a palavra à nobre Deputada Iara Bernardi.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, bom-dia a todos.

Cumprimento a Senadora Serys Shessarenko, que preside a presente sessão; o Deputado Inocêncio de Oliveira, representante da Câmara dos Deputados; a Vice-Governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia; as Ministras presentes; os representantes de todas as entidades; as Deputadas e Senadoras aqui presentes.

Reforço também a importante presença de representantes das entidades feministas que trabalham e dão uma contribuição muito grande às atividades das Deputadas e Senadoras. Refiro-me à Cefemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, aqui representado pela Srª Almira Rodrigues, e à entidade Agende, representada pela Srª Marlene Libardoni. Destaco também a presença de Vereadoras e Prefeitas nesta Casa hoje e na grande concentração municipalista em Brasília.

Todos já conhecemos o diagnóstico e a realidade da mulher brasileira e da mulher no mundo. Não quero repetir as palavras que já foram ditas, mas reafirmo, nesta sessão conjunta do Congresso Nacional, o compromisso das Deputadas e Senadoras com o mandato feminista. Não podemos aqui trabalhar ou agir de forma igualitária, como sempre aconteceu nesta Casa. A presença e o olhar feminino das Deputadas e das Senadoras têm que fazer diferença aqui. Devemos nos lembrar sempre do nosso compromisso e da responsabilidade de uma representação efetiva das mulheres brasileiras – embora seja uma sub-representação, como já disse o Deputado João Paulo, tendo em vista o número reduzido de mulheres parlamentares frente à importância da mulher na sociedade brasileira –, sem nos esquecermos das diferenças, das discriminações e dos problemas por que ainda passamos.

Muitas vezes, redigimos e aprovamos leis, concretos, dos quais nem sempre a mulher brasileira pode se utilizar. Muitos direitos já nos foram garanti-

dos pela participação feminina na Constituição brasileira, no Código Civil brasileiro. Há no País uma legislação muito avançada com relação a uma plataforma de igualdade entre homens e mulheres, mas boa parte das mulheres brasileiras não consegue fazer uso desses direitos, dessas leis e desses códigos que aprovamos no Congresso Nacional e que fazem parte do aparato da legislação brasileira.

Por isso, também, quero ressaltar a extrema importância das Srªs Ministras presentes, hoje, no Executivo e no Supremo Tribunal Federal, evidenciando a atuação feminista, e seria importante que a bancada feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – as Srªs Deputadas e as Srªs Senadoras – trabalhassem de forma unificada e fortalecessem as Srªs Ministras, realizando um trabalho conjunto, porque essa legislação avançada que aprovamos e que garante o direito de igualdade entre homens e mulheres na sociedade precisa, agora, das políticas públicas.

É preciso que a questão de gênero passe pela ação de todos os Ministérios e apareça como uma política clara de Governo – o novo Governo no qual nós e a população brasileira colocamos tantas esperanças. Queremos ver as políticas públicas e as ações, de fato, ocorrendo e trazendo no dia-a-dia das mulheres brasileiras o avanço que conseguimos na lei e que, agora, queremos na prática. É preciso que haja uma legislação avançada; uma prática avançada de políticas pela empregabilidade, pela diminuição das diferenças entre homens e mulheres; uma política voltada para o combate à violência na sociedade e à violência de gênero; uma política pública voltada, por exemplo, para a educação, para contemplar esses milhões de mulheres brasileiras que não tiveram acesso ao estudo e que, ainda hoje, são analfabetas. A área da Saúde também necessita de muitas ações práticas votadas para a saúde da mulher. E ressalto ainda que é preciso haver o reconhecimento do trabalho das mulheres indígenas e das mulheres rurais. Essas ações práticas, hoje, em conjunto com as leis e com as ações que aprovamos no Congresso Nacional, darão, realmente, uma resposta à esperança que as mulheres brasileiras depositaram nas Deputadas e nas Senadoras eleitas e também no novo Governo, composto também por Ministras que, com certeza, terão uma atuação conjunta e feminista.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente, respeitando o meu tempo e o das companheiras que usarão da palavra daqui por diante.

Tenho muita esperança com a continuidade dos nossos trabalhos na Câmara, no Poder Executivo, no Supremo Tribunal Federal e na Justiça também.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Deputada Iara Bernardi, queremos saudá-la pelo discurso e pelo tempo e já a convidamos para compor a Mesa.

Informamos que pede escusa a Ministra, a mulher, a nossa querida Emilia Fernandes; a nossa querida Ministra do Supremo Tribunal Federal, a Dr^a Ellen Gracie; a nossa Ministra Benedita da Silva, da Ação Social; e a Vice-Governadora do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia. S. Ex^{as} precisam se retirar, o que para nós é motivo de tristeza, pois suas presenças nos alegram muito. Nós nos sentiremos abandonadas, mas há muitas companheiras aqui, que convidaremos para compor a Mesa.

Agradecemos carinhosamente a presença das Sr^{as} Ministras. É muito importante a presença de mulheres representantes dos Três Poderes aqui, neste momento, mulheres que, juntas, nesta mesa, são muito importantes para a nossa luta, com certeza.

Muito obrigada. (Palmas.)

Gostaria de convidar para compor a mesa a Deputada...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Sr^a Presidente, houve um acordo no sentido de fazermos um rodízio na Mesa. Gostaria que, pelo PCdoB, a Deputada Alice Portugal tomasse o meu lugar; da mesma forma, a Deputada Luiza Erundina, pelo PSB, a Deputada Maria do Rosário, pelo Partido dos Trabalhadores, e a Deputada Laura Carneiro, pelo PFL. É importante que esse registro suprapartidário seja feito.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Proposta acatada. Faremos esse revezamento, tantas são as companheiras que desejaríamos que estivessem aqui conosco.

Aguardamos a presença das Sr^{as} Deputadas cujos nomes a Deputada Jandira Feghali mencionou.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra, por três minutos, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora Serys Slhessarenko, de Mato Grosso. Na realidade, tinha desistido do meu pronunciamento diante de tantas inscrições. No entanto, aproveito a oportunidade para, numa homenagem a todas as mulheres, di-

zer que, na semana passada, realizei, junto com o Fórum Popular de Mulheres de Porto Velho e o Movimento da Mulher em Rondônia, uma visita ao presídio feminino da cidade de Porto Velho, único no Estado de Rondônia.

Quero dizer, neste curtíssimo espaço de tempo, que é necessário que nós, mulheres, também pensemos em políticas para aquelas que hoje estão reclusas da sociedade, muitas vezes por crimes cometidos em função de serem parceiras ou cúmplices – no meu Estado, isso tem muito a ver com o crime organizado e com o narcotráfico.

O estado em que se encontram 89 mulheres presidiárias em Rondônia precisa ser verificado com a máxima urgência. Precisamos da construção de um presídio que realmente considere a ressocialização. Estou citando a questão das presidiárias porque sei que as demais Parlamentares tratarão, desta tribuna, da situação das mulheres indígenas, negras e trabalhadoras. Lembro que, na maioria dos casos, essas pessoas que hoje se encontram reclusas não são as únicas culpadas por estarem lá. Nós, sociedade, poder instituído, não podemos virar as costas para esse fato.

Quero deixar o meu abraço a todas as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas que invisivelmente constroem este País nas matas amazônicas, nos sertões nordestinos, e que não têm a menor visibilidade na nossa sociedade.

Um grande abraço a todas! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à nobre Deputada Vanessa Graziotin. (Pausa.)

Gostaríamos de convidar a todos para um coquetel no **hall** da biblioteca, tão logo termine a sessão.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Logo após, falarão a Deputada Janete Capiberibe e a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento a Presidente da Mesa, Senadora Serys Slhessarenko, em nome de quem cumprimento as demais componentes. Quero fazer um destaque especial à Deputada Laura Carneiro, que foi e continua sendo uma brilhante Parlamentar, responsável que foi pela Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família. Cumprimento também o Senador Arthur Virgílio, Líder do meu Partido, o PSDB, que nos honra com sua presença, bem como os Srs. Parlamentares, as senhoras e os senhores convidados presentes.

“Se não for possível o sabor do fruto, que nos sobre o aroma da flor. Se não pudermos contar com o aroma da flor, que nos reste ao menos a beleza do orvalho sobre a folha. Mas, se nem isso for possível, que nos fique o vigor, a multiplicação contida na semente, assim como a esperança...” será a nossa bandeira de luta.

Com as palavras de Mário Covas, que há três anos nos deixou, quero, em meu nome e em nome do PSDB, assinalar a importância da realização desta sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

O PSDB tomou como princípio o desafio de lutar pelo desenvolvimento econômico e social do País e de se colocar na vanguarda da luta pelos direitos humanos. Somos, portanto, um Partido cujo desafio é apoiar as demandas de uma sociedade moderna e formular programas e projetos que materializem os avanços conquistados, de forma efetiva, enfrentando barreiras orçamentárias e de comportamento.

Com a promulgação da Constituição, tivemos condições de rever todo o aparato legal e adotar políticas públicas universais que reconhecem o direito das mulheres nas famílias e na sociedade. Desse processo, foi possível a revisão do Código Civil, adequando-se a legislação à Constituição, em especial no que se refere ao princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres. O novo Código Civil inova na medida em que elimina normas discriminatórias e introduz expressamente conceitos como o de direção compartilhada, em vez de chefia masculina, na sociedade conjugal; substitui o gênero homem, quando usado genericamente, para se referir ao ser humano pela palavra “pessoa”; permite ao marido adotar o sobrenome da mulher; estabelece que a guarda dos filhos passa a ser do cônjuge com melhores condições de exercê-la, entre outros aspectos.

Senhoras e senhores, saber que a família brasileira está menor e cada vez mais sob a responsabilidade da mulher deve ser motivo de reflexão para todos, mas principalmente para nós, Parlamentares, que traduzimos em leis os anseios da sociedade.

O avanço da “chefia feminina” nas famílias brasileiras é impressionante, mas, embora esse dado reflita um lado positivo, que foi a emancipação feminina e sua incorporação no mercado de trabalho, também apresenta um lado negativo, que é a desagregação das famílias, mais expressivamente nas periferias dos grandes centros. Segundo o último Censo do IBGE, na última década houve um incremento de

aproximadamente 38% na proporção de domicílios “comandados” por mulheres, passando esse contingente de 18,1% para 24,9% do total de residências.

Essa pesquisa revelou que 90%, aproximadamente, das mulheres responsáveis por domicílios não têm cônjuge e que também 90% ainda se ocupam de afazeres domésticos, o que mostra a jornada dupla de trabalho.

Mas, se por um lado, as mulheres seguem avançando no comando das famílias, o mesmo não acontece nos centros de trabalho, nos quais ainda prevalecem:

- os baixos salários;
- baixa qualificação;
- discriminação para ascensão profissional; e
- a baixa cobertura da legislação trabalhista e previdenciária.

Por isso, pode-se afirmar que é no emprego que se manifestam algumas das desigualdades e discriminações mais chocantes de que as mulheres são vítimas. E, mesmo quando vencem o preconceito e conseguem alcançar as melhores ocupações, a progressão na carreira ocorre de maneira mais lenta do que a do homem e com horizontes mais curtos.

A precariedade da situação e das relações das mulheres no mercado de trabalho se manifesta, principalmente, na remuneração. Embora tenha diminuído a diferença entre os rendimentos do homem e da mulher que exercem atividades iguais, ainda prevalece uma diferença média de 29,2% em favor dos homens.

Se é fato que as famílias estão mais femininas, os dados divulgados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), sobre as disparidades salariais, nos levam a concluir que esses núcleos familiares, cujos rendimentos dependem exclusivamente das mulheres, estão sendo formados com renda inferior às das demais famílias convencionais. Seria justo, portanto, adotarmos políticas públicas que dessem mais garantias a quem ficou com a responsabilidade dos filhos e tem dificuldades no mercado de trabalho. Está claro que se não houver uma preocupação da sociedade em valorizar a mão-de-obra feminina as famílias estarão cada vez mais empobrecidas.

Senhoras e senhores, ao lado da questão do trabalho, precisamos prosseguir no combate à violência contra a mulher e avançar na ocupação dos espaços institucionais de poder. Esses são, ao nosso juízo, caminhos a serem perseguidos com obstinação e persistência.

A batalha contra a violência sofrida pela mulher está em curso.

A conquista de delegacias especializadas colhe rendimentos irrefutáveis, porém, o silêncio da sociedade, que insiste em resistir à denúncia, é um desafio a ser enfrentado com rigor. Há, ainda, a questão do tráfico de mulheres, no qual o Brasil se destaca na rota internacional e contra o qual precisamos adotar medidas enérgicas e definitivas.

Para finalizar, é importante lembrar da mulher como elemento de transformação política. A Lei de Cotas, que reserva 30% das vagas partidárias às mulheres, se analisada à luz das estatísticas, pode nos levar equivocadamente a concluir que favoreceu a descrença da mulher pela atividade política. Contudo, faz-se necessário ressaltar a importância do debate estabelecido com essa legislação.

Esse debate deu visibilidade à inexpressiva presença feminina nos espaços institucionais do poder e nas estruturas partidárias e evidenciou a resistência à participação da mulher no núcleo partidário, já que a maioria dos partidos prefere criar apêndices destinados ao segmento feminino, alijando a maioria das mulheres de suas decisões.

Não tenho dúvida de que a reforma política será o grande salto de qualidade na luta da mulher para ocupar os espaços institucionais do poder. O financiamento público de campanha, o voto facultativo, a democratização dos estatutos partidários e o fortalecimento dos partidos serão os instrumentos que irão consolidar o processo democrático e vão permitir que a igualdade conquistada na Constituição Cidadã seja efetivamente usufruída pela sociedade que se quer igualitária.

Para encerrar, cumprimento o Presidente José Sarney que colocou na agenda desta Casa a reforma política.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Gostaríamos agora de conceder a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, antes registrando que a Deputada Janete Capiberibe encaminhou discurso à Mesa para ser publicado no **Diário do Congresso Nacional**, tendo em vista encontrar-se em viagem ao Amapá, acompanhando o Sr. Ministro dos Transportes a quatro Municípios daquele Estado, que enfrenta problemas de calamidade pública devido às inundações dos últimos dias.

É o seguinte o discurso encaminhado pela Srª Deputada Janete Capiberibe, que será publicado na forma do art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, devido ao estado de calamidade pública vivido atualmente pelo Estado do Amapá, estarei ausente de Brasília nos dias 12 e 13 do corrente pois acompanharei a delegação do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto ao Estado.

Quero prestar minha homenagem às companheiras aqui presentes e a todas as mulheres. Nós, como metade da população que somos, estamos conquistando mudanças importantes em nossa luta pela garantia de nossos direitos sexuais, pela igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Estamos também conquistando e ocupando nosso espaço, embora ele ainda seja pequeno, na esfera pública: nos locais de tomadas de decisão e poder. O fato de nós Parlamentares femininas termos vencido esta barreira e hoje estarmos aqui, dá-nos a responsabilidade de contribuir para aprofundar a interlocução entre o Estado e a sociedade civil e ajudar a incorporar a perspectiva de gênero na Legislação e nas Políticas Públicas no sentido de avançarmos juntos. Nossas contribuições como mulheres, trabalhadoras, Parlamentares e militantes, ajudarão o avanço na busca da igualdade de direitos e de oportunidades.

Esses avanços se traduzem em valorização social e respeito, o que representa um ganho enorme para toda a sociedade.

Gostaria, em especial, de prestar homenagem às parteiras tradicionais de nosso país, mulheres que tantos exemplos nos dão, tantos caminhos nos abrem e que dão o melhor de si para trazer ao mundo um novo ser. Assim como elas, nós podemos aprender a “arte de partejar”, mas, ao nosso modo, para parirmos nossos filhos, para parirmos nossos projetos e para parirmos, em conjunto, um mundo mais feminino, um mundo mais justo e melhor para todos nós.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Gostaríamos de registrar, ainda, a presença da Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, a Srª Maria do Carmo Lara, e também da representante dos bancári-

os, Sr^a Vaine Vincentini Campos. Muito obrigada! Temos aqui algumas Vereadoras e gostaríamos que todas as que estão presentes encaminhassem seus nomes à Mesa para registro. À Vereadora Tânia Ferreira, de Gravataí, e à Vereadora Enelinda Scala, de Cuiabá, muito obrigada! As outras Vereadoras que se encontram presentes, por favor, repassem seus nomes para registro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à nossa Senadora Ideli Salvatti, por 3 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI – (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, nossa Presidente. Cumprimento a todas as companheiras Parlamentares que estão na Mesa, as que se fazem presentes no plenário, todas as representantes de entidades e organizações e os homens que nos prestigiam.

Quando pensamos no combate a qualquer forma de discriminação, temos sempre que colocar a perspectiva histórica: o que era, o que é, o que tem potencial de ser. Neste breve panorama, trago a contribuição de uma mulher que foi a nossa primeira Deputada Estadual em Santa Catarina, eleita em 1934, primeira parlamentar negra da história brasileira: Antonieta de Barros. De sua autoria, farei a leitura deste pequeno trecho:

“Os jornais nos dão a nova alvissareira de que o Governo acaba de assinar o decreto regularizador do trabalho feminino.

Enfim. Já era tempo.

Foi preciso que o Brasil idealista se levantasse num movimento de cataclismo para que a mulher indivíduo tivesse, em lei, a garantia do seu esforço.

Para nós, ela se acha dentro do mais são e mais nobre princípio de equidade. Se o trabalho é o mesmo, por que se depreciar o esforço feminino, ou explorá-lo, pagando menos?

O império das circunstâncias da vida de hoje não permite que na classe proletária e na média, mesmo, as mulheres desempenhem, tão-somente, o cômodo papel de donas de casa, ou de mães de família.

É preciso trabalhar.

Todavia, a antiga maneira de gratificar o trabalho das mulheres coloca-as numa concorrência desleal para com os homens,

visto haver, em todas as camadas criaturas inescrupulosas.

A necessidade, porém, não conhece leis, como disse o grande mestre Vieira.

E elas, as sacrificadas de sempre, sentindo-se, embora, enganadas, deixavam-se levar.

Daí, a grita, não sem razão levantada pelo sexo oposto.

Se não é lícito, não é digno apoderarmos-nos da propriedade alheia, se esse ato é e deve ser castigado, por que usurparem o trabalho das mulheres, depreciado por um hábito muito vesgo e tradicional?

E a nós parece haver no gesto do Governo, regularizando o trabalho feminino, alguma semelhança com o gesto do Profeta da Fraternidade integral, quando disse: ‘Dai a César o que é de César’”.

Esse texto de autoria de Antonieta de Barros, nossa primeira Deputada Estadual de Santa Catarina e primeira parlamentar negra brasileira, foi publicado no **Jornal da República** no dia 22 de maio de 1932. Há mais de 70 anos, as vozes femininas já se levantavam contra a discriminação salarial das mulheres. Essa é a perspectiva colocada no ontem, a nossa luta que já vem de muito tempo.

Hoje, muitas que me precederam já colocaram as estatísticas, os dados e os percentuais de ocupação de diferença salarial, de postos de trabalho, de escolaridade e de postos públicos, mas ainda temos de conviver com manchetes cotidianas, com colocações nos grandes jornais da imprensa, com questões absolutamente discriminatórias e inadmissíveis, tais como: “Mulher de fulano assume cargo federal”. V. Ex^{as} já viram alguma manchete: “Homem de sicrana assume cargo federal”? Já viram em algum lugar, em algum jornal? Nós somos mulher de. Ainda continuamos sendo tratadas como apêndices; não temos nome, sobrenome, nem história, nem militância, para uma parcela significativa.

E o que será o amanhã? O amanhã depende de algo fundamental, do meu ponto de vista, que não se mede com nenhum percentual, mas é aquele sentimento que neste último processo eleitoral aflorou de forma ostensiva: é possível fazer diferente. Não é normal. Temos plenas condições, possibilidades, capacidades de assumir toda e qualquer tarefa; não podemos medir percentualmente quanto as mulheres acabaram introjetando essa disposição de enfrentar a

discriminação à violência. É possível visualizar isso quando temos uma Ministra negra, como a Benedita da Silva; a Emilia Fernandes num cargo para cuidar especificamente das políticas públicas; uma Ministra no Supremo Tribunal Federal. Quando as mulheres nos enxergam em postos-chaves, elas assimilam que é possível ser diferente. É isso que vai fazer, com certeza, a diferença para o amanhã na luta contra a discriminação, contra a violência e pela paz.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à nobre Deputada Alice Portugal.

Antes, registro as presenças das senhoras representantes do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, Conami, muito bem-vindas; da Sr^a Maria Helena Trindade, Vereadora pelo Município de Cachoeira de Minas; da Sr^a representante da União Brasileira de Mulheres, Kátia Souto; da Secretária de Relações de Gênero da CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Professora Raquel Felau Guizone; e da Sr^a Mércia, do Grupo da Melhor Idade de Mato Grosso.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Serys Slhessarenko, em seu nome faço a minha saudação a esta Mesa feminina, deixando os cumprimentos também aos Presidentes do Senado e da Câmara, assim como aos seus vice-Presidentes, que aqui estiveram, no sentido de felicitar esta importante sessão comemorativa ao dia 8 de março.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, companheiras e companheiros, esta sessão acontece sem dúvida num momento especial da vida da humanidade. Tratamos, no mundo, da defesa da paz e tratamos, no Brasil, da luta contra a pobreza. Esse binômio foi o emblema desta sessão, e não poderíamos deixar de elevar essas bandeiras à medida que o mundo se assusta diante da sanha belicista do **baby** Bush que, independentemente do clamor internacional, insiste num ataque sobre uma população civil desguarnecida e absolutamente impotente diante da máquina mortífera que ele dirige.

A opção pela paz levará à busca pela igualdade no mundo. Sabemos que 2/3 dos pobres deste mundo extremamente complexo, segundo a ONU, são mulheres, e 1/3 dos analfabetos são mulheres. A pobreza e a dificuldade de acesso às condições básicas da existência e da dignidade humana atingem de manei-

ra brutal a condição feminina. Para nós, a responsabilidade da luta pela paz está relacionada à defesa da dignidade e dos direitos da mulher.

Faz 71 anos que o Brasil conseguiu elevar a mulher à condição de cidadã. O insuperável Ruy Barbosa, por exemplo, nesta Casa, outrora estruturada no Rio de Janeiro, era contrário ao voto feminino. A mulher neste País, no decorrer desses 71 anos, conseguiu galgar espaços importantes. Aliás, o século XX foi um século de grandes conquistas, não só do voto no Brasil e em diversos países do mundo, mas de conquistas especiais no campo do trabalho, dos direitos relacionados com a mulher na família e na luta sindical. Enfim, o século XX trouxe grandes vitórias para as mulheres.

No entanto, temos ainda muito a conquistar neste novo século, neste novo milênio, 71 anos após a conquista do voto feminino.

Se dissermos hoje, mulheres Parlamentares – e somos poucas, subrepresentadas – que temos muito a legislar nestas duas Casas, estaremos mentindo, porque a legislação é absolutamente farta. Precisamos, sim, buscar garantias do cumprimento rígido dessa legislação. Faz-se necessária a tradução social em políticas públicas dos direitos já assentados na lei brasileira. Essa questão está na ordem do dia. É necessário estruturar políticas públicas de reaquecimento da economia, para que a mulher não ganhe 40% da massa salarial dos homens.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Sr^a Deputada, o seu tempo, por favor.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Finalizarei, contando com a mesma tolerância que V. Ex^a teve com as demais oradoras. Serei absolutamente rápida.

É preciso que as políticas públicas abranjam também a ocupação de cargos públicos pelas mulheres. O Brasil, segundo a ONU, Sr^a Senadora, está em 58º lugar na ocupação de mulheres em cargos de importância pública, após a Namíbia e o Paraguai, país que não perdoa as mulheres, mas perdoa os homens por adultério.

Objetivamente, o Brasil está atrás da Argentina. Estamos subrepresentadas no Parlamento. Temos apenas uma mulher do Supremo Tribunal Federal. E aqui faço questão de saudar a Juíza do Trabalho Adna Aguiar, da Bahia, Estado que represento, sem dúvida uma das fortes candidatas ao Supremo, como mulher de carreira jurídica. Poucas mulheres estão no oficialato das Forças Armadas no Brasil.

Portanto, a luta por políticas públicas que reaqueçam a economia, abracem os direitos, facilitem a mulher na política, na luta social, está na ordem do dia.

E a minha mensagem ao Presidente Lula, como Deputada que chega ao Congresso Nacional, é que, de fato, vivemos nós, mulheres, uma circunstância de esperança aflita. Queremos que as mudanças efetivamente se realizem, que as políticas públicas se consolidem e que possamos neste momento buscar que a pobreza seja combatida e que a paz seja erguida, para que possamos fazer um grande cinturão de solidariedade, no momento em que o feminismo moderno tem como prerrogativa básica não a guerra dos sexos, mas a garantia de igualdade entre homens e mulheres, para a conquista de uma sociedade justa contra este milenar preconceito que oprime as mulheres no mundo inteiro.

Muito obrigada.

Viva o Dia 8 de Março! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Pedimos escusas por estar controlando o tempo, mas há uma pressão muito grande. Há muitas inscritas. Se cada uma se restringir aos seus três minutos, será possível, mas ainda há doze inscrições.

Agradecemos a presença dos Srs. Senadores. Vários estão em pé. Convidamos para que permaneçam conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Senadora Serys Slhessarenko, cumprimento V. Exª em nome de todas as pessoas aqui presentes, de todas as Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, as pessoas que nos prestigiam neste dia tão importante. Quero cumprimentá-la pela forma como vem conduzindo os trabalhos nessa Mesa. Pela sua serenidade, sensibilidade e também pela sua firmeza.

Serei bastante breve por compreender que há ainda muitas companheiras que desejam falar e manifestar-se.

A idéia dos direitos humanos surgiu junto com a consciência de que é injustiça uns serem considerados superiores e outros, inferiores.

No Brasil, a cada quinze segundos uma mulher é espancada e a cada doze segundos é vítima de ameaça.

Dados da ONU afirmam que o País deixa de aumentar seu PIB em decorrência da violência contra a mulher.

No Brasil, a pobreza afeta mais a população feminina. Cerca de 30% de nós, mulheres, já chefiamos nossas famílias. Os baixos salários e a dupla jornada de trabalho impõem a nós, mulheres, uma rotina desigual e sacrificante.

Vivemos numa sociedade injusta e cruel. Realidade que nos aparta e muitas vezes nos humilha e discrimina. Nossos filhos, as crianças e adolescentes de nosso País, representam um exemplo de exclusão de um modelo político, social e econômico muito perverso. Nossas crianças estão nas ruas, abandonadas, sofrendo todo tipo de violência, por vivermos ainda em um modelo de sociedade perverso que exclui, na grande maioria das vezes, as nossas crianças, os nossos filhos.

Portanto, cabe-nos uma grande luta no Senado Federal. Desafio que procurarei dedicar-me mais uma vez, com todas as forças de minha vida: a defesa das crianças e dos adolescentes. Lutarei para que as desigualdades possam diminuir. Para que todos nós, homens e mulheres de boa-fé, possamos unir os nossos esforços e continuar a construir uma sociedade mais justa e mais digna.

Estamos vivendo um momento muito especial no nosso País.

Muitas reformas, muitas mudanças vão acontecer, e cabem a nós, mulheres, uma responsabilidade gigantesca e um enorme desafio nesse processo.

No dia-a-dia, a sociedade nos cobra, muitas vezes, que nos apresentemos ou que demonstremos ser melhores do que os homens a fim de sermos reconhecidas no nosso trabalho.

Como mulheres, donas-de-casa, políticas, empresárias ou profissionais liberais, é preciso um esforço cada vez maior para provar à sociedade e a nós mesmos, que podemos fazer as coisas tão bem quanto os homens.

Neste momento, chamo a atenção de todos homens, nossos companheiros, para serem os nossos aliados nessa luta por uma sociedade muito melhor: na luta pela paz e no combate permanente à pobreza.

Portanto, mais uma vez, faço minhas as palavras de todas aquelas que me antecederam, convidando a todos para, juntos, construirmos a sociedade dos nossos sonhos, onde todos acreditamos que um dia poderemos viver.

Srªs e Srs. Senadores, meu abraço fraterno e solidário a cada uma das mulheres, trabalhadoras,

trabalhadoras rurais, enfim, todas as mulheres mães, donas-de-casa que, como nós, que sonham com uma sociedade muito mais justa.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Concedo a palavra, por três minutos, à Deputada Francisca Trindade.

A SRA. FRANCISCA TRINDADE (PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, certamente, pelo avançar da hora, é importante que sejamos breves. Vou procurar fazê-lo. Não posso, entretanto, perder a oportunidade, nesta sessão solene de homenagem à mulher, de também dar aqui um testemunho e ao mesmo tempo prestar a nossa homenagem.

Nobre Senadora Serys Shlessarenko, a guerra, a miséria a fome são, certamente, as maiores razões para a morte. Eu não concebo a fome desvinculada da morte e sei muito bem que, em algumas regiões do nosso País, essa situação é por demais grave. Sei, Srªs. Deputadas e Senadoras, que o Brasil realmente vive um momento especial, porque certamente as mulheres avançaram na conquista de espaço. No entanto, nós, mulheres, precisamos avançar cada vez mais na conquista desse espaço.

É especial, Srªs Deputadas e Senadoras, porque temos no País um Governo diferente, que precisa mostrar efetivamente as ações que vai realizar para tirar das ruas as nossas meninas que se prostituem; para tirar das cadeias as nossas mulheres abandonadas; para tirar do analfabetismo milhares de nordestinas que, além de passarem fome, sofrem a humilhação de não saber ler, nem escrever o seu próprio nome. Dou esse testemunho porque a minha mãe é nordestina e sequer sabe escrever o seu próprio nome.

O Presidente da nossa Câmara fez aqui vários compromissos, e estou entusiasmada, mas sei que homem nenhum, por mais comprometido e decente que seja, vai fazer as leis efetivas em nosso favor. Nós mesmas precisamos fazer as leis de afirmação dos nossos direitos. E, Srªs. Deputadas da Câmara, lembro a necessidade de colocarmos a mulher na Mesa Diretora da Câmara Federal. (Palmas.) O nosso desejo é que o Poder Legislativo maior, que fez a lei eleitoral, possa começar cumprindo, garantindo 30% da nossa presença na Mesa Diretora.

Outra coisa me incomoda no Poder Legislativo: é o fato de mulheres, negros, jovens e deficientes estarmos titulados...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Srª Senadora, a Presidência lembra que o seu tempo está esgotado.

A SRA. FRANCISCA TRINDADE (PT – PI) – Já concluirei, Srª Presidente.

Estamos titulados com um termo chamado “minorias” e, ainda, vinculados à Comissão de Defesa do Consumidor.

Aproveito a homenagem ao dia 8 de março para associar-me ao Deputado Luiz Alberto e pedir à Câmara que crie, efetivamente, uma Comissão Permanente de debate sobre geração, etnia e gênero. Nós somos minorias políticas, porque ainda não estamos, efetiva e quantitativamente, representadas no Poder, mas somos maioria na sociedade. Portanto, é importante construirmos espaços de discussão permanente sobre a nossa realidade de mulheres.

A Srª Vanessa Grazziotin (PcdoB – AM) – Permite V. Exª um aparte?

A SRA. FRANCISCA TRINDADE (PT – PI) – Srª. Presidente, nobre Senadora Serys Shlessarenko, se V. Exª me permite, é a primeira vez que venho à tribuna do Senado, e gostaria de compartilhar esse momento feliz com a companheira Srª Vanessa Grazziotin, que deseja apartear-me.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Srª Deputada Francisca Trindade, a Presidência lembra a V. Exª que não são permitidos apartes nesta situação, mas será concedido um minuto para o aparte.

A Srª Vanessa Grazziotin (PcdoB – AM) – Será de apenas um minuto, Srª Presidente. Cumprimento a nobre Deputada Francisca Trindade, V. Exª, Srª Senadora Serys Shlessarenko e todas as Srªs. Parlamentares, Deputadas e Senadoras brasileiras, que aqui estão, mais todas as mulheres que participam desta sessão solene de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Também gostaria de fazer um cumprimento especial aos nobres Deputados e Senadores que aqui se encontram e àqueles que por aqui passaram.

Imagino que um dos grandes desafios que temos, Deputada Francisca Trindade, é conquistar politicamente os homens para a luta das mulheres, porque o que queremos não é ocupar o espaço do homem, mas sim dividir democraticamente o espaço com o homem. Se somos a metade da população, temos que ter uma representação mais significativa no Parlamento brasileiro. Não resta dúvida de que a nossa participação cresceu muito da última eleição para cá: no Senado, por exemplo, crescemos praticamente 100%; na Câmara dos Deputados, chegamos a mais de 40% de crescimento. Entretanto, trabalhamos com

números pequenos. Somos 42 mulheres Deputadas Federais e apenas 10 Senadoras no Brasil, onde mais de 50% do eleitorado é composto por mulheres. Assim, se queremos uma sociedade mais justa e democrática, temos direito de ocupar o espaço que nos é reservado.

Há algumas décadas, não tínhamos sequer o direito de freqüentar uma escola de ensino superior; hoje, no entanto, temos um grau de escolaridade superior ao dos homens, o que demonstra que as mulheres têm capacidade e, muito mais do que isso, têm força de vontade para lutar ao lado dos homens por uma sociedade mais justa. Quero concluir dizendo a todas as mulheres e homens que aqui estão comemorando o Dia Internacional da Mulher que a sociedade pela qual lutamos é uma sociedade em que receberemos uma rosa não somente no dia do nosso aniversário ou no Dia Internacional da Mulher. E que essa rosa possa simbolizar efetivamente a paz, o que não é a realidade do mundo nos dias de hoje. Temos, portanto, mais este grande desafio: colocar as mulheres ao lado dos homens lutando contra a guerra, porque se a situação no Brasil e no mundo já está precária sem a guerra, imaginem qual será se houver uma guerra. A nossa luta fundamental é pela paz, pois queremos a paz no Brasil e no mundo. Muito obrigada, Deputada Francisca.

A SRA. FRANCISCA TRINDADE (PT – PI) – Como nós, mulheres, somos solidárias, quebrei o Regimento para garantir esse aparte à companheira.

Para concluir, gostaria de registrar que a sensibilidade do Governo Lula fica cada vez mais patenteada. Quando fazemos a provocação dos compromissos é porque imaginamos que esse é um Governo que dará lugar para as mulheres e para os negros e negras, isto é, para as chamadas maiorias excluídas.

Também quero registrar a presença, no plenário do Senado, de duas companheiras de Acauã, no Estado do Piauí, que vieram aqui a nosso convite para participar deste momento. Para quem não sabe, Acauã é uma das cidades de menor índice de desenvolvimento humano deste País. Essas duas mulheres sabem muito bem o que é dividir o pão com os filhos e o que é ficar sem almoço porque não há como dividi-lo com os filhos. Essas mulheres participam da luta concreta do nosso povo e são integrantes do Conselho Gestor do Programa Fome Zero.

Não podemos falar de guerra e de paz sem compreendermos a nossa participação efetiva. A pobreza é feminina, a pobreza é negra; a miséria é negra e fe-

minina. Sendo assim, não podemos deixar de cobrar um avanço nas políticas de afirmação das mulheres.

Às companheiras Santinha e Didi, o nosso abraço e os parabéns pela garra. Vocês representam a mulher nordestina e piauiense.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Registramos a presença da Sr^a Maria Lúcia Balestra, Presidente Nacional do PPB Mulher; da Sr^a Rosa Mônica Ferreira, Presidente da Federação das Mulheres de Goiás; do Sr. Élcio Siviero, Prefeito de Veranópolis; do Sr. Gessi Brandalise, Prefeito de Vila Flores; do Sr. Eduardo Puti, Vereador de Vila Flores; do Sr. Márcio Premieri, Secretário de Administração de Vila Flores; da Sr^a Marise Alberton, da Pastoral do Menor e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul. Sejam muito bem-vindos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à nobre Deputada Denise Frossard.

A SRA. DENISE FROSSARD (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^a Sr^a Senadora Presidente desta sessão, em nome de quem cumprimento toda a Mesa e em nome de quem cumprimento também todas as presentes e os presentes, colegas do Parlamento, pediu-me a bancada feminina do PSDB que viesse aqui dizer umas palavras. Sou meio arredia a falar. Sempre falei nos autos como juíza.

Nesta sessão comemorativa, vou apenas levantar três questões para reflexão de todos nós, de todas nós. Qual é o primeiro problema que o Brasil enfrenta hoje? Tenho para mim que o primeiro problema do Brasil chama-se corrupção. (Palmas.)

Enfrentei isso como juíza quando tive que julgar o crime organizado e vi a captura do Estado constitucional. Naquele momento, havia as listas da corrupção. Retirei-me do Judiciário e fundei a Transparência Brasil no Estado de São Paulo, no ano 2000, buscando auxiliar o Estado, oferecendo instrumentos de controle desse fenômeno, analisando não por seu lado moral, mas pelo lado de efetivo controle disto. Por quê? Porque o prejuízo da corrupção não é só um prejuízo financeiro; ela mata a fé de todos nós nas nossas instituições.

Mas a crítica começou a ficar malparada, porque era uma crítica descompromissada, era uma crítica fora das instituições. Eu não era mais juíza em atuação, eu não pertencia a esta Casa e, ao mesmo tempo, estava ajudando a conceder instrumentos. Como é isso? Submeti-me ao processo porque acredito na

democracia. Esta é a Casa onde se tem que discutir isso. Esta tribuna tem que estar sempre aberta.

E aí trago a segunda reflexão. O Brasil, pela minha organização, Transparência Internacional, ocupa um desonroso 46º lugar, entre 91 países medidos como os mais ou menos corruptos. O menos corrupto é a Finlândia, com a nota 9,9. O mais corrupto é Bangladesh, com a nota 0,4. O Brasil ocupa o 46º lugar, infelizmente, com a nota 4.

Mas vamos a uma outra reflexão rapidamente. Como é a representação feminina neste primeiro lugar, neste último lugar e no Brasil? No primeiro lugar, Finlândia, temos quase um equilíbrio de gênero no Parlamento. Quase 40% das cadeiras do Parlamento finlandês são ocupadas por mulheres. Na ponta oposta, diametralmente oposta, temos Bangladesh com apenas 9% das cadeiras do Parlamento ocupadas por mulheres. Vamos ao meio: no Brasil, temos hoje pouco menos de 11% das cadeiras do Parlamento – desculpem-me, sou parlamentarista, e, então, refiro-me sempre ao Parlamento – ocupadas por mulheres. O que quero dizer com isso e o que já dissemos todos nós, pesquisadores? É que, onde há mais equilíbrio de gênero nas representações, há menos corrupção, mais desenvolvimento econômico e uma série de benesses. A reflexão, Srª Presidente – já estou em procedimento de pouso, para não cansá-las –, é a seguinte: será que isso ocorre porque a mulher é menos corrupta? Diziam-me algumas companheiras carbonárias: “Você tem que dizer que a mulher é menos corrupta e que o homem é mais corrupto”. Digo que não – e os homens podem ficar tranquilos quanto a isso. Não é que os homens sejam mais corruptos e as mulheres sejam menos corruptas; é que, quando juntamos as nossas virtudes e os nossos defeitos, chegamos a um equilíbrio. É simplesmente uma lição milenar que nasce com o próprio homem e com a própria mulher, que é a do equilíbrio. Não nascemos dois homens e uma mulher ou duas mulheres e um homem. Desse modo, com o equilíbrio, vamos juntar as nossas diferentes virtudes e as nossas diferentes torpezas e, por conta disso, vamos melhorar, sem sombra de dúvida, o País.

E, aqui, Srª Presidente, já pousando, gostaria de deixar uma reflexão para as mulheres. Esta é uma característica feminina: a mulher não fantasia, ela sonha. E a diferença entre a fantasia e o sonho é que transformamos o sonho em realidade e a fantasia, não. Desse modo, a todas nós, sonhadoras, digo que vamos transformar os nossos sonhos em realidade, sim. E vamos juntar com os homens as nossas virtu-

des e as nossas fraquezas, porque é assim que vamos depurar este Estado brasileiro e, com isso, afastar o cerne do tumor, que é a corrupção.

Agradeço à Srª Presidente e a todos. Perdoem-me o excesso, mas só comete o excesso quem está, diz o Código Penal, em legítima defesa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Convidamos a nobre Deputada Almerinda de Carvalho para fazer uso da palavra. Pedimos que V.Exª seja breve, pois ainda há muitos oradores inscritos.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, parabênizo V. Exª e as demais colegas da Mesa pela realização desta sessão.

Vou ser breve, pois tudo já foi dito: todas as estatísticas, todos os motivos por estarmos festejando hoje o Dia Internacional da Mulher. Aliás, lamento por comemarmos este dia devido à desgraça de mais de cem mulheres. Mas esse fato deu o motivo para que este dia fosse comemorado.

Espero que, a cada ano, possamos estar aqui festejando muitas conquistas, com o apoio dos homens – não nos podemos esquecer disso – e, principalmente, com a união das mulheres. Precisamos nos unir também às mulheres representativas, como foi citado aqui por uma colega que se referiu a algumas senhoras da sua região. Creio que essas mulheres deveriam estar ocupando esta tribuna, trazendo-nos seu exemplo de vida.

A nossa luta é muito grande, e, cada vez mais, precisamos nos unir verdadeiramente a essas mulheres que tanto lutam e que nos ajudam a chegar aqui, para buscarmos dias mais justos. Não devemos mostrar a nossa união apenas em dias de festas, mas no dia-a-dia em nossos Estados e Municípios.

Deixo o meu abraço a nossa ex-Governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, que é um exemplo de mulher e que, infelizmente, não está mais aqui presente. Hoje, também há uma mulher batalhadora à frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas Benedita é um exemplo de mulher negra, que veio da favela e que hoje é Ministra. Portanto, em nome de todas as mulheres do País, gostaria de deixar o exemplo da nossa Ministra Benedita da Silva.

Parabéns a todos! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rabelo, pelo prazo de três minutos.

O SR. MAURÍCIO RABELO (PL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª

Presidente, gostaria de cumprimentá-la e também a Mesa. Sr^{as} e Srs. Congressistas, é com muita satisfação que trago aqui, em meu nome e em nome do Partido Liberal, o apoio e o justo reconhecimento de meus correligionários à comemoração, nesta sessão solene do Congresso Nacional, do Dia Internacional da Mulher.

Personagem fundamental da História em seus mais diversos campos de atuação, a mulher assume, cada vez mais com maior preponderância, o seu papel na sociedade e reclama, com justa razão, o reconhecimento à relevância de sua inserção no mundo.

Ainda se verificam, no Brasil e em outros países, a discriminação, o menosprezo, a diferenciação salarial, enfim, tratamentos desiguais que apenas a mulher só por ser mulher. Contra isso todos se manifestam concordes a cada homenagem que lhes é prestada em oito de março, dia internacionalmente a elas consagrado.

Entretanto, para que passemos da teoria à prática, das palavras à realidade concreta, muito ainda há de ser feito em prol da mulher no Brasil e no mundo.

Sr^a Presidente, serei breve porque o tempo está escasso. Cumprimento as Sr^{as} Senadoras e Deputadas e as mulheres do meu Estado do Tocantins que apoiaram a minha campanha e que continuam a me apoiar no dia-a-dia do meu trabalho de radialista e de Deputado, dizendo que o meu mandato está a serviço da mulher. Sou homem com muita honra, mas contem com mais um voto em todas as votações de projetos referentes à mulher. Será com muita satisfação que o Deputado Maurício Rabelo ocupará as tribunas para dar o seu voto, para, cada vez mais, promover a igualdade entre os sexos no Brasil.

A propósito, tenho muito orgulho de dizer que um dos seis projetos escolhidos pela bancada feminina para ser aprovado, em regime de urgência, na sessão do Congresso, é de minha autoria. Esse projeto institui o ano de 2006 para colocar a mulher em todos os centros das discussões. Quero realmente dedicar o meu mandato à mulher brasileira, à mulher do meu Estado.

Um grande abraço e parabéns a todas as mulheres! Saúdo a mulher tocaninense, brava companheira, que está sempre lutando conosco, como as mulheres do Jalapão, as quebradeiras de coco do Bico do Papagaio, a mulher do meu Estado, a mulher do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Nós é que lhe agradecemos, Deputado Maurício Rabelo.

Convidamos para fazer uso da palavra a Deputada Sandra Rosado, pelo PMDB do Rio Grande do Norte.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Inicialmente, saúdo todas as mulheres presentes, por meio da Senadora Serys Slhessarenko, que vem presidindo com muita segurança esta sessão. Abraço todas as mulheres do Poder Legislativo, Senadoras, Deputadas Federais e Estaduais, Vereadoras e Prefeitas e também os Senadores e Deputados Federais que aqui estão.

Muito já foi falado hoje sobre o nosso papel de mulher. Mas, como nordestina, quero dizer algumas palavras.

Para quem sempre lutou para que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres e para que as conquistas femininas no mundo machistas sejam respeitadas, o 8 de março é mais do que uma data comemorativa, é um momento de analisarmos em que a sociedade evoluiu e o que ainda é preciso ser feito a fim de que possamos atingir, na plenitude, a igualdade de gênero.

A História e a Antropologia mostram que, desde a primeira divisão do trabalho, nossa importância no processo produtivo foi secundarizada. Não é fácil quebrar séculos de preconceitos, mas a participação cada vez maior da mulher na vida pública mostra que estamos no caminho certo e nos dá a esperança de podermos mudar essa realidade em pouco tempo.

No Brasil, há traços ainda que incipientes do movimento em defesa dos direitos femininos na Abolição da Escravatura. Depois disso, salvo iniciativas dispersas, o movimento só foi retomado de forma organizada na década de 30 do século passado, influenciando, a partir de então, em acontecimentos nacionais, com ênfase para os anos oitenta, quando da redemocratização do País.

Nosso Estado, o Rio Grande do Norte, deu exemplos para o Brasil e o mundo na luta de nossas bravas mulheres pela conquista da igualdade de direitos. Quem nunca ouviu falar na poetisa, escritora e educadora Nísia Floresta? Foi ela, norte-rio-grandense da antiga Papari, atual Nísia Floresta, a pioneira do feminismo brasileiro.

Resgato a figura e a memória de Celina Guimarães Vianna, natalense de nascimento, que realizou em Mossoró, minha terra natal, a supremacia e a fa-

ganha de ser a primeira mulher eleitora da América do Sul. Igualmente, não poderia deixar de citar Dora Alzira Soriano de Souza, primeira mulher eleita na América do Sul para assumir o cargo de prefeita – no caso, o Município de Lajes.

Resgato, ainda, a bravura das integrantes do Motim das Mulheres que, em 1875, tomaram das autoridades e rasgaram em praça pública os papéis com a relação dos filhos e maridos sorteados para o Exército e a Armada, para participaram de uma guerra que a mulher de Mossoró não conhecia e dela não queria que seus filhos participassem. E, por fim, a luta das mulheres de Mossoró que, em 1920, organizaram-se na Associação de Empregadas Domésticas, desenvolvendo intensa militância sindical e política.

Minhas companheiras, Senadoras e Deputadas Federais, em 1975, foi proclamado pela ONU o Ano Internacional da Mulher. Ao término daquele ano, iniciou-se a Década da Luta pelos Direitos das Mulheres, quando se exortou a igualdade dos direitos, a elevação do papel das mulheres na vida econômica, política, social e cultural dos seus países, o desenvolvimento da amizade e da colaboração entre os povos pela paz e pelo progresso social.

O movimento das mulheres chegou ao terceiro milênio com muitas conquistas. Entretanto, essas conquistas não beneficiam a todas nós, porque em muitos lugares faltam elementos indispensáveis, como uma sociedade democrática que garanta a representação e a representatividade das minorias e da equidade na distribuição da riqueza nacional.

Enquanto nos países desenvolvidos as necessidades...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O tempo de V. Exª já se esgotou, Srª Deputada.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Só um minuto, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Pois não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Enquanto nos países desenvolvidos a luta das mulheres é uma questão de plena igualdade dos direitos políticos, nos países pobres, no nosso País, esse movimento tem de consagrar em grande parte dos seus atos a garantia das condições materiais mínimas para a sobrevivência.

Como nordestina – e aqui me orgulho de ser uma representante do meu Partido, a única do PMDB do Nordeste –, digo que, para garantirmos os direitos das mulheres, para construirmos uma cidadania ple-

na, total nossa de mulher, é indispensável a nossa união.

E, por fim, quero, Srª Senadora, chamar a atenção para o papel das mulheres-mães, que tiveram a graça de parir, de ter seus filhos, de acompanhar suas vidas; das mulheres que adotaram milhares e milhares de crianças abandonadas; das mulheres que, como eu, viram seus filhos partirem tão cedo. Conclamo a essa mulher-mãe que abraça cada vez mais o povo da sua terra, da sua cidade, da sua origem, o povo do Brasil como se fossem filhos e filhas gerados no nosso corpo.

Pela paz, brasileiras e brasileiros, e pela garantia da luta contra a pobreza, que nem sempre é a pobreza material.

Um abraço a todas as mulheres, e aos homens também, que compartilham conosco a luta das mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Obrigada, Srª Deputada.

Anunciamos a presença do Prof. João Batista Rodrigues, autor do livro **Mulher Brasileira**; do Sr. Luiz Carlos Brunel Alves, Prefeito de Capivari de Baixo, Santa Catarina; do Sr. Odilon Aparecido de Souza, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Capivari de Baixo; e dos Srs. Vereadores de Capivari de Baixo João Batista Luciano e Edson João Moraes.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Srª Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Saúdo a Senadora Serys Slhessarenko e, por seu intermédio, todas as Senadoras e Deputadas Federais.

O dia 8 de março é um data em torno da qual nos constituímos ainda com mais força em irmãs de todas as mulheres e de toda a humanidade. O desafio para nós, neste ano, é imenso. Assim como realizamos hoje esta sessão solene, em todos os lugares do mundo as mulheres ocuparam espaços para dizer que a guerra é a maior das violências e se posicionaram claramente contra todas as guerras vividas, as que estão declaradas e as que são sofridas pela comunidade mundial, pelo povo empobrecido, particularmente pelo gênero feminino.

Em torno, portanto, dessas bandeiras, nós nos debruçamos com imensa solidariedade, porque a luta das mulheres do mundo é absolutamente generosa e carrega consigo a tarefa da emancipação econômica, política, social e cultural da humanidade. Não somos

nós que declaramos as guerras, tampouco as mulheres são chamadas para os acordos de paz. E, neste momento, quando mísseis estão apontados para o Iraque, quando aviões – que queremos barrar – se preparam para bombardear aquele país sem que seus pilotos sequer vejam os rostos das vítimas, porque estarão a 16 mil metros de altura, é preciso que seja ouvida a voz da sociedade mundial, a voz das mulheres do mundo, e se perceba que ali estarão alvos civis, e que é necessário que lhes sejam garantidos a autodeterminação, a liberdade, a possibilidade de constituírem oportunidades e o respeito à diferença e à não-violência em todos os sentidos.

Quero destacar um novo momento que estamos vivendo aqui no Brasil: a dimensão dada pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e, em especial, contra as meninas no nosso País. Sabemos que o compromisso do Movimento Feminista, desde 1995, em Beijing, quando assumiu a tarefa da proteção das meninas contra a exploração sexual e contra o tráfico humano, é um compromisso renovado todos os dias na defesa dos direitos à infância, à adolescência, à condição particular de desenvolvimento de todas as crianças, particularmente das meninas, que sofrem de forma mais direta a violência de caráter sexual.

A atenção que o Presidente tem demonstrado é renovada e reforçada pela iniciativa minha, da Senadora Patrícia Gomes, da Deputada Telma de Souza, da própria Senadora Serys – que coordena os trabalhos desta sessão, com vistas à realização de uma CPI do Congresso Nacional, articulada de fato para o fim da violência e da exploração sexual.

Há dez anos, Deputada Telma de Souza, houve uma CPI na Câmara dos Deputados para o enfrentamento do que chamavam à época prostituição infanto-juvenil. Mas, há dez anos, nem sequer existia a Internet nos moldes em que hoje existe. A comunicação, o transporte e as fronteiras do Brasil não estavam abertas como nos dias de hoje. O crime organizado ocupa o lugar, explorando sexualmente crianças e adolescentes no Brasil.

Essa é a nossa forma de dizer, em comemoração ao Dia 8 de Março, que enfrentaremos a violência contra as mulheres em todas as fases da vida, seja na terceira idade, na idade madura e, particularmente, naquela idade em que a menina brasileira, pela violência sexual, tem a infância interrompida, tem corroido o corpo, a alma, sem que se lhe ofereça qualquer perspectiva.

A Srª Telma de Souza (PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Pedindo permissão a Srª Presidente, concedo o aparte à Deputada Telma de Souza.

A Srª Telma de Souza (PT – SP) – Será um breve aparte. Em primeiro lugar, registro a presença de Moema Santiago, que foi Deputada Federal Constituinte e é ligada às lutas das mulheres, e Dulce Maria Pereira, Embaixadora, que foi Secretária-Executiva do CPCP e a primeira negra a ocupar esse espaço. Na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, que V. Exª integra, relato rapidamente os casos apresentados na sexta-feira passada, no Jornal da Globo, conduzido pela jornalista Ana Paula Padrão. Solicito, inclusive, à Srª Presidente, Senadora Serys Shessarenko, e à Mesa constituída que cumprimentassem a referida jornalista pela reportagem apresentada. Foram mostrados quatro episódios de menos de um minuto cada um, envolvendo uma criança negra de Serra Leoa, uma senhora palestina, uma mulher do Iraque e uma criança do Afeganistão. Mulheres que, como nós, são produtos vivos do momento que vivemos internacionalmente. A primeira, aos treze anos de idade, pelas condições dramáticas de vida em Serra Leoa, onde a miséria é quase indescritível, foi estuprada e teve suas duas mãos amputadas. Nesse pequeno documentário, dizia-se que ela pedia a seus algozes que a matassem, mas não lhe tirassem as mãos e que não a estupassem. A segunda, uma mulher palestina, que, após os conflitos do Oriente Médio, viveu, como outras mulheres de meia-idade, o drama de ver seus filhos, seu marido, seus tios, seus parentes desaparecidos. Ela chorava em torno de um caixão vazio, que simbolizava a atrocidade da guerra. A terceira, uma mulher do Iraque – um exemplo que se põe para nossa reflexão profunda nesta semana, em função da possibilidade da guerra – conta que, em sua casa, sua família não pode dormir ao mesmo tempo, porque cada um tem que fazer uma espécie de vigília para evitar granadas ou algo semelhante, o que é um absurdo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – Peço atenção para o tempo, por favor.

A Srª Telma de Souza (PT – SP) – Já vou concluir, Srª Presidente. Finalmente, o caso de uma criança do Afeganistão – recentemente alvo de tantas tensões de guerra –, na faixa dos 14 anos, que mora com outras crianças menores e tem que comer grama diariamente. Quando não come grama, come areia do deserto. Não estou falando retórica ou literariamente.

Estou falando de imagens conduzidas pela TV de uma maneira extremamente contundente e que traz, com toda certeza, as palavras das mulheres que me antecederam, as palavras de V. Ex^a, bem como a grande luta que temos que travar, que não começa nem termina hoje. Apesar das nossas solidões nestas Casas de leis, das nossas dificuldades, muitas vezes por incompreensão de alguns poucos – e cada vez menos – homens, estes são cada vez mais companheiros. Quero saudá-la pela sua fala, pelo Dia Internacional da Mulher e, principalmente, pela resistência de nós todas, principalmente mulheres anônimas, representadas por nós, que garantem um futuro melhor.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Muito obrigada, Deputada Telma de Souza, pelo seu aparte.

Para concluir, Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, quero estabelecer nossa tarefa como mulheres parlamentares, porque representamos as mulheres e as lutas brasileiras e mundiais. Não estamos aqui para reproduzir os espaços de poder da forma como estiveram constituídos até hoje. Queremos imprimir a nossa marca, o nosso modo feminino e feminista de fazer política, de atuar para a inclusão social, para a justiça social e para contribuição à liberdade.

Temos símbolos importantíssimos, como a jornalista Ana Paula Padrão, citada pela Deputada Telma de Souza, e todas as outras mulheres já citadas aqui. Permita-me, ainda, Sr^a Presidente, mencionar a figura da ex-Senadora Emilia Fernandes, que está à frente da Secretária Especial dos Direitos da Mulher, um posto que é referência para as mulheres e para a luta das mulheres brasileiras. S. Ex^a é, antes de tudo, uma educadora, uma trabalhadora em educação, categoria fundamental, composta, básica e principalmente, por mulheres, o que, portanto, demonstra que este Governo e este momento é dos trabalhadores, das trabalhadoras e é das mulheres.

Muito obrigada. (Palmas!)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Reitero o convite para, tão logo termine esta sessão, dirijam-se à Biblioteca, onde está sendo oferecido um coquetel em comemoração ao Dia da Bibliotecária.

Registramos, ainda, a presença dos Prefeitos Gilberto Martins, da Cidade de Governador Dix-Sept Rosado, e Gilson Oliveira, de Baraúna, ambos do Rio Grande do Norte.

Passarei a Presidência à Deputada Iara Bernardi.

A Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Iara Bernardi.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à Deputada Lúcia Braga.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMN – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Deputada Iara Bernardi, demais membros da Mesa, Senadora Serys Slhessarenko, que até o momento presidiu esta sessão, minhas colegas Parlamentares, Deputadas, Senadoras, mulheres desta Casa, funcionárias, jornalistas, representantes de associações comunitárias de diversos órgãos que vieram do interior de todo o Brasil, quero homenageá-las, no momento em que homenageio as mulheres da terceira idade, as mulheres da Paraíba – minha terra – que estão aqui e todas as mulheres que são heroínas anônimas no dia-a-dia.

Dirijo-me, ainda, àquela mulher da seca, cujos seios secaram, não têm leite para dar aos seus filhos. Venho dessa região onde a mulher não tem leite para amamentar os seus filhos. É essa heroína anônima, essa mulher do dia-a-dia, essa mulher da periferia dos centros urbanos que quero homenagear hoje. Um abraço a cada uma de vocês e aos homens que também se perfilam na nossa luta.

Sr^a Presidente, as mulheres que me antecederam já trouxeram relevantes propostas, dados estatísticos de muita importância, historiaram a nossa luta, que vem desde Berta Lutz. Hoje, somos 44 Deputadas e 9 Senadoras. Tudo já foi dito em relação à mulher, mas quero trazer uma abordagem nova.

Nos poucos minutos que usarei da palavra, gostaria de deixar plantada aqui uma semente nova, uma ideia que considero da maior importância para um Parlamento novo, que se propõe a reconsiderar valores tradicionais, haja vista que o Governo Luiz Inácio Lula da Silva já se impõe ao Brasil e ao mundo por uma visão nova no que se refere aos excluídos, uma visão que implica a vontade política firme e coerente com vista às transformações sociais.

A despeito das nossas conquistas na Constituição de 1988, das mudanças em favor da mulher no novo Código Civil, ainda nos incluímos entre os discriminados. O ranço machista da sociedade mantém, ainda, a violência contra a mulher, a violência doméstica, a violência nas ruas, no trabalho, a discriminação salarial e, apesar de termos duas mulheres governantes de Estado, três Ministras, uma Vice-Governadora no Distrito Federal e uma Prefeita na maior cidade da

América do Sul, ainda existe pouca participação da mulher nas diversas esferas de poder.

Gostaríamos de nos deter especialmente na participação política da mulher, nas suas diversas formas institucionalizadas, como a participação eleitoral, participação nas assembleias políticas e no Governo, bem como em associações de diversos tipos. Em termos de participação eleitoral, ainda existe um déficit na atuação da mulher no processo das campanhas eleitorais.

Por outro lado, a estrutura organizativa dos Partidos deixa uma lacuna no sentido da participação feminina. Foi até preciso estabelecermos cotas para nos habilitarmos a sermos candidatas aos Partidos.

A aculturação e o desconhecimento da importância da mulher no processo político são fatores significativos para o baixo índice de representatividade feminina nos órgãos do Poder Legislativo. Impõe-se, pois, colegas e companheiras, que haja uma conscientização da importância da mulher no Parlamento, no sentido de que este nos oferece a tribuna da denúncia das diferentes formas de discriminação que sofremos, pois é o veículo maior de defesa dos nossos direitos e da ampliação do nosso espaço. Isso se a nossa luta for bem conduzida, se houver entre nós realmente a consciência de que devemos nos unir no sentido de priorizar projetos em defesa da mulher e a convicção de que há muito a ser conquistado para o resgate da nossa cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Deputada Lúcia Braga, V. Ex^a já esgotou o seu tempo.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMN – PB) – Pois não, Sr^a Presidente.

Devemos ter ainda o sentimento de que, para conscientizar, para denunciar, é preciso conhecer o desrespeito às leis protetoras dos direitos da mulher e os atentados contra esses direitos (ex: licença maternidade de 120 dias – exigência do atestado de esterilização por parte das empresas).

Impõe-se, antes de mais nada, que nos unamos suprapartidariamente. Nesse ponto, trago a idéia da criação de uma Associação Parlamentar de Mulheres. Na Paraíba, fizemos isso como Deputada Estadual, criamos a AMPP, a Associação das Mulheres Parlamentares da Paraíba, que funciona com muito êxito. Eu gostaria de trazer a idéia a esta Casa, para que pudéssemos estimular associações em nossos Estados e no Distrito Federal para a criação da Federação das Mulheres Parlamentares do Brasil.

Essa é a nossa sugestão, e nós a fazemos movidas pelo desejo que tem norteador a nossa trajetória

política: a de continuar a luta da mulher. Lembramos que essa nossa luta somente se tornará irresistível se ela for integrada à luta universal dos povos subjugados, que vivem sob o jugo de modelos econômicos perversos, iníquos, dos países ricos, que promovem guerras infamas. A luta da mulher, portanto, passa necessariamente pela construção de uma sociedade igualitária, onde a paz possa ser uma constante.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Muito obrigada, Deputada Lúcia Braga.

Quero registrar a presença da juíza da 5^a Região do Tribunal Regional do Trabalho, da Bahia, Maria Adna Aguiar.

Concedo a palavra à Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Sr^a Presidente, Deputada Iara Bernardi, em nome de quem quero saudar as demais colegas e todos os presentes,

Eu gostaria de fazer dois registros. Primeiramente, eu dizia, sábado, em Natal, quando participava das atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, que esse 08 de março de 2003 seria marcado especialmente por duas circunstâncias. Sem dúvida, mais uma vez, as mulheres iriam para as ruas levadas por dois sentimentos: primeiro, o sentimento da indignação, sim, da revolta, diante da prepotência, da arrogância, enfim, diante da ameaça dessa guerra insana de motivações inconfessáveis, que, infelizmente, a cada dia, se parece mais próxima. Daí por que creio que foi muito oportuno que o movimento de mulheres em todo o país tivesse incorporado exatamente essa bandeira, a bandeira pela paz. Nós, mulheres, queremos vida, justiça, igualdade e dignidade.

O outro sentimento desse 08 de março de 2003 é o da esperança. Claro que sim! Por que o sentimento da esperança? Porque estamos diante de uma nova realidade, de um novo Governo, que, sobretudo, quer construir um País que busque o reencontro consigo mesmo; um Governo que, de repente, adota o combate à fome como sua prioridade, e, para essa prioridade, nós, mulheres, estamos sendo convocadas.

Nesse breve tempo, quero dizer que venho à tribuna desta Casa, hoje, para abraçar todas as mulheres, as mulheres do mundo, as mulheres do Brasil e, em especial, as mulheres do meu Estado. Inclusive, se estou aqui, devo a elas.

Sou de origem humilde, nasci no sertão da Paraíba e sou imigrante. Vim parar no Rio Grande do Norte, que me acolheu de forma muito generosa. Tive

o orgulho, a alegria de, nessas últimas eleições, ter sido a Deputada Federal mais votada do meu Estado. Somos oito e fui a mais votada; tive uma votação que, na capital, em Natal, correspondeu a quase 25% dos votos válidos; em todo o Estado, a quase 12%.

Não tenho nenhuma dúvida de que as mulheres do meu Estado tiveram um papel fundamental. Por isso, neste momento, quero homenageá-las, principalmente as mulheres sofridas, as aposentadas, as donas de casa, as religiosas; as mulheres trabalhadoras rurais, de calo na mão, as mulheres indígenas, as mulheres lésbicas, as mulheres negras, mais sofridas ainda do que as outras.

Homenageio também as mulheres do passado. A nossa conterrânea ilustre Nízia Brasileira Augusta Floresta e Margarida Maria Alves, que, até hoje, me inspira, aquela líder camponesa, brava, que foi covardemente assassinada.

Um abraço a todos.

Viva a paz contra a guerra e viva a luta das mulheres!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Eu gostaria de anunciar que a nossa bancada feminina terá um reforço: a Deputada Miriam Reid assume hoje. S. Ex^a é do PSDB do Rio de Janeiro. Haverá agora 45 Deputadas conosco. A Deputada Lucy Chonaicki que está no plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à Deputada Maria Helena, do PMDB de Roraima.

A SRA. MARIA HELENA (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Saúdo todos os presentes e a Mesa, na pessoa da Presidente Deputada Iara Bernardi.

O Dia Internacional da Mulher é muito mais que uma data para comemoração, é uma data para reflexão. Reflexão sobre as conquistas passadas e as futuras, que ainda devem ser obtidas.

As mulheres, apesar de toda a discriminação, têm exercido um papel fundamental em todas as esferas, seja política, social ou econômica. Nesta data simbólica, é essencial unirmos forças e nos manifestarmos sobre a necessidade de promover a paz, de derrotar a fome que assola a população e de assegurar o acesso à educação para os nossos filhos, que é instrumento fundamental para o sucesso de nossos esforços.

A mulher tem uma índole guerreira. A mulher jamais esmorece, está sempre pronta e a postos para

lutar pela sua posição diante da sociedade, pela sua cidadania, pelos seus ideais e por tudo o que aflige o seu universo. A qualquer momento, está pronta para defender seus filhos e todos os seus. Mesmo em condições adversas, quando às vezes a fome os amedronta, ela se levanta à procura de um alívio, de uma solução. Temos, como exemplo, milhares de mães, que perderam seus filhos para as ruas, para o tráfico, para as gangues, mas que não perdem a esperança e não cessam de lutar para tê-los de volta.

Hoje, ainda somos poucas a representar o povo brasileiro no Congresso Nacional. Não atingimos 10% das cadeiras destas duas Casas. Porém, a bancada feminina vem crescendo gradativamente, e é com a confiança da sociedade que traremos ao Parlamento as questões cruciais que atingem milhões de brasileiras.

Como mulher e como representante do povo de Roraima na Câmara dos Deputados, é meu dever fazer tudo dentro de meu alcance para melhorar a qualidade de vida das mulheres do meu Estado, da minha Região e do meu País, buscando apoio para programas que promovam a eliminação de todo e qualquer tipo de discriminação e garantindo seu direito ao pleno exercício de sua cidadania.

Pelos dados do IBGE, atualmente existem 86 milhões de mulheres no Brasil; destas, 13% são analfabetas, 25% são chefes de família e 23% estão sujeitas à violência doméstica. Portanto, os nossos desafios ainda são muito grandes.

Nós, Parlamentares, não estamos aqui simplesmente com a intenção de definir quem são as mulheres brasileiras, mas sim com o compromisso de transmitir seus anseios, angústias e necessidades, e transformá-los em proposições concretas que venham beneficiar esse segmento da população. A Bancada Feminina tem o dever de assegurar que toda e qualquer proposta seja analisada também sob o ponto de vista feminino.

Acredito que o País está pronto para incluir a opinião dos segmentos excluídos. Nesta última eleição, o povo expôs seu desejo por mudanças e agora temos a responsabilidade de corresponder a essa expectativa. Assim, estou segura de que teremos muitas conquistas, que serão objeto de futuras comemorações no Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Muito obrigada, Deputada Maria Helena.

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida, do Acre.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PC do B – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Deputada Federal Iara Bernardi, Srªs e Srs. Congressistas, peço desculpa, mas vou quebrar o protocolo e levantar a bandeira da paz, que é a mensagem das mulheres do Acre e do Brasil.

Eu gostaria de saudar as companheiras presentes no plenário e dizer que fui a única mulher eleita pelo meu Estado. Que bom que sou mulher e que fui a mais votada.

É óbvio que continua brilhando a estrela da nossa Senadora maior, a Ministra Marina Silva, mas queria aproveitar este pequeno espaço, nobre Presidente, para reafirmar a importância da resistência das mulheres trabalhadoras da floresta, porque viver nas matas e nos barrancos da Amazônia é um viver de lutas, de sacrifícios, de dificuldades. E agora, acima de tudo, é um viver de enfrentamento pela preservação das nossas florestas, representado principalmente pela figura da Senadora seringueira, a Ministra do Brasil e dos acreanos, a companheira Marina Silva.

Hoje, Srª Presidente, lamentavelmente, ecoa um grito diferente nas florestas acreanas. As vozes do Fórum de Mulheres, do Mama, da Rede de Homens e Mulheres, da Secretaria Extraordinária das Mulheres do Acre, e do **show** Boca de Mulher – que reúne as vozes mais belas do Acre – clamam por justiça e pedem a imediata condenação de um falso poeta, o poeta da desgraça, que estuprou, recentemente, no meu Estado, uma garota de onze anos.

Para homenagear as mulheres acreanas, gostaria de citar um outro poeta, também acreano:

Tenho a nobreza do mogno.
Sou uma mulher fluvial,
Irmã do igarapé,
Filha do matagal.
Uma amazônica do rio
Que sempre quis ver o mar.
Muito obrigada, Srª Presidente.
Essa é a homenagem das mulheres do meu Estado e do Brasil pela paz no mundo.
Obrigada, companheiras.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Muito obrigada, Deputada Perpétua Almeida.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, que quis que acrescentasse que é filho de Dona Dadá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente em exercício, Srªs e Srs. Congressistas, neste dia festivo, bonito e significativo para todos nós e para o Brasil, confesso que, de fato, o grande orgulho de minha vida é ser filho de Dona Dadá.

Considero três minutos pouco tempo para se falar, para se homenagear.

Infelizmente, parece-me que essas ocasiões ocorridas no Parlamento ficam muito mais festivas quando percebemos que, a partir do dia seguinte, aquilo que se propôs não se efetivou. Isso cria em nós, Parlamentares, uma desilusão, uma dor no peito e brotam lágrimas nos olhos por vermos em nosso País, de uma forma muito especial, uma população sofrida. No único País do mundo que tira três colheitas do chão por ano, ainda temos 54 milhões de miseráveis.

Todas as imagens de sofrimento e miséria que nos são dadas pela mídia deste País normalmente mostram uma mãe chorando, com um filho no colo e outros filhos agarrados à barra da sua saia, de forma muito heróica. Essas mães anônimas algumas vezes aparecem na mídia nacional, mas não fixamos sua imagem por conta da dor que encarnam e por serem um número tão significativo. Contudo, buscando a efetivação de políticas públicas, elas debitam suas esperanças no Parlamento brasileiro, nas mulheres representadas por Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Heloísa Helena, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Patrícia Gomes, Roseana Sarney, Serys Shessarenko, Alice Portugal, Almerinda de Carvalho, Ângela Guadagnin, Ann Pontes, Celcita Pinheiro, Denise Frossard, Drª Clair, Edna Macedo, Elaine Costa, Fátima Bezerra, Francisca Trindade, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Jandira Feghali, Janete Capiberebe, Kátia Abreu, Kelly Moraes, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Lúcia Braga, Luciana Genro, Luiza Erundina, Maninha, Maria do Carmo Lara, Maria do Rosário, Maria Helena, Maria Lucia, Mariângela Duarte, Marinha Raupp, Neyde Aparecida, Nice Lobão, Perpétua Almeida, Professora Raquel Teixeira, Rose de Freitas, Sandra Rosado, Selma Schons, Suely Campos, Telma de Souza, Terezinha Fernandes, Thelma de Oliveira, Vanessa Grazziotin, Yeda Cruzis, Zelinda Novaes e Zulaiê Cobra.

Três minutos é pouco tempo.

Se eu tivesse de tecer algum comentário sobre essas figuras que o povo, homens, mulheres, jovens – e, de uma forma muito especial, refiro-me às mulheres –, fez suas representantes. Num momento de tan-

ta turbulência e dor, quem sabe a sensibilidade de quem tem útero, a sensibilidade materna, privilégio que Deus deu tão-somente às mulheres, constitui-se na nossa maior esperança de, na pior das hipóteses, pisarmos no limiar de um novo dia, em que haveremos de ver o fim da violência neste País, o fim da violência moral contra mulheres e crianças e o fim do sofrimento da fome.

Srª Presidente, trago à luz, neste momento, a figura da Governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, que vive seus dias de sofrimento, de angústia e de dor. E nós, do Parlamento, só fazemos discursos. Há uma lei, votada por esta Casa, o Senado da República, já em dois turnos, que muda a lógica das penas do País, dando instrumento legislativo, para que o Judiciário, tenha competência, por intermédio da lei, de coibir o crime e a violência. Mas, por uma grande fogueira de vaidade – um fala de um lado; outro fala de outro –, a Governadora do Rio vive seus dias de luta e de angústia.

Neste momento, é preciso que a bancada feminina – e aqui quero fazer um pedido à Srª Presidente Iara Bernardes e à Deputada Rose de Freitas, esta guerreira conhecida como mãe dos Prefeitos dos Municípios do meu Estado – resgate, na Câmara, esse projeto que o Senado já votou, o qual muda a legislação acerca da pena imposta aos que praticam o narcotráfico, o crime organizado e a lavagem de dinheiro, para dar um basta na violência que fez do Rio de Janeiro um símbolo, neste momento.

Trago à luz, de novo, a figura desta mulher, Rosinha Matheus. Gostaria de pedir à bancada feminina da Câmara que se dirigisse ao Deputado João Paulo hoje, para que o projeto viesse à baila, no sentido de oferecer esse instrumento à sociedade do nosso País.

Neste momento, encerrando a minha fala, pergunto-lhes: como poderia, em três minutos, falar de Denise Frossard, a mulher que colocou os bicheiros deste País na cadeia? Não tenho tempo para isso. Se tivesse tempo, como deixaria de falar sobre Heloísa Helena, a guerreira do Parlamento? Esses são referenciais do Brasil, como o é também Laura Carneiro, que militou comigo de uma forma definitiva e fez o relatório dos marginais que estão presos no Acre, hoje, de uma quadrilha que se travestia de políticos, de homens investidos de mandatos e vestidos de uniforme, que, hoje, estão na cadeia. Não tenho tempo para isso, mas gostaria de tê-lo. Como é que, em três minutos, eu poderia falar sobre Moema, que está sentada aqui, ex-Deputada, guerrilheira, que viveu nos tem-

pos em que eu gostaria de ter vivido, para poder lutar pela liberdade deste País?

Não tenho tempo para fazê-lo, porque, se o tivesse, falaria também de Golda Meir, que recebeu uma ordem de Davi Ben Gurion: quando Israel conquistou o seu espaço, ela é mandada para a formação do exército do seu país. E, olhando para o seu povo, diz: “Formaremos a nossa nação, ainda que isso custe o preço do nosso sangue”.

Aqui, estão essas mulheres que servem às Forças Armadas do País. E tenho medo de mulher polícia. Tenho medo de mulher delegada. Tenho medo de mulher juíza. De cada um milhão de corruptos no Brasil, encontra-se meia mulher. E, quando falo de mulher delegada, saúdo a Drª Fabiana Maioral, a grande delegada do meu Estado, mulher de coragem! E mulher juíza e mulher delegada, sem dúvida alguma, têm mais coragem e honradez do que qualquer homem que esteja em qualquer cargo, investido de autoridade dos poderes deste País.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Senador Magno Malta, por favor, conclua o seu pronunciamento, pois seu tempo está esgotado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Encerro dizendo, mais uma vez, que três minutos é pouco demais! Queria falar de V. Exª, porque conheço a sua história. Mas, num dia como este, isso é muito difícil.

Quero me dirigir a S. Sªs, tão bonitas, vestidas com a farda da Aeronáutica. Fui soldado raso da Aeronáutica, S-2. Tirei serviço por um ano no portão sul da Base Aérea do Recife. Fui para a Aeronáutica iludido, achando que ia ser aviador. Colocaram-me na Infantaria. Fui preso algumas vezes, porque lá cheguei com o coturno sujo. Também vejo aqui as mulheres da Marinha e as do Exército. Parabéns a vocês! E nos ajudem a lutar por um novo conceito de segurança nacional, porque nunca vamos invadir país de ninguém, e país de ninguém disse que vai invadir o nosso. O nosso grande adversário, hoje, é o narcotráfico, o crime organizado, a violência contra a mulher. Vamos rediscutir o nosso conceito de segurança nacional!

Se tivesse tempo, Srª Presidente, falaria sobre V. Exª, sobre os componentes da Mesa, sobre a nossa companheira, Patrícia Gomes, que chegou aqui buscando uma CPI maravilhosa, a que vai investigar os crimes cometidos contra a criança, o turismo sexual, aqueles que estão fazendo tráfico das mulheres brasileiras para o exterior. E S. Exª contará comigo, porque estarei presente nesse embate, no sentido de

colocar essa pilantragem na cadeia e de devolver as filhas às suas mães, que choram.

Encerro dizendo que, se tempo tivesse, falaria da minha mãe, Dona Dadá, de quem tenho muito orgulho! Pena que minha mãe não esteja viva! Minha mãe se foi aos 57 anos de idade, com câncer no cérebro. Faxineira, morreu ganhando meio salário mínimo por mês, mas era a própria encarnação da honra, da dignidade, dos valores da vida. Minha mãe amamentou todos os seus filhos. Eis um grande privilégio que só a mulher tem. Minha mãe, que foi embora, não deixou um centavo sequer pelo qual os filhos pudessem brigar, não deixou nada, porque ganhava meio salário, mas nos ensinou a amar a Deus e nos deu vergonha na cara e dignidade para lutar pelos interesses da Nação brasileira.

Salve, mulheres brasileiras!

E, aqui, quero dar a minha parcela de contribuição à CPI que investiga o tráfico de mulheres e o abuso sexual de crianças. Esses pilantras e pústulas que afrontam contra a honra e a saúde da mulher, certamente, terão que pagar um preço à Justiça. Não restituirão a dor e a lágrima de uma mãe que perdeu sua filha para a prostituição e seu filho para o tráfico, não restituirão o sofrimento e a dor, mas pelos menos haverá de pagar na Justiça o crime que cometeram.

Salve, mulheres! Deus as abençoe! Salve quem tem seio! Salve quem dá leite! Salve quem tem útero e dá vida! Deus abençoe vocês! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Passo a palavra, por três minutos, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Deputada Iara Bernardi; Srªs e Srs. Congressistas, quero homenagear a mulher no seu dia e também todas as mulheres que aqui se pronunciaram.

Gostaria de, aqui, fazer uma reflexão sobre algumas pessoas deste País que, por razões as mais diversas, infelizmente, foram levadas a cometer alguma irregularidade, algum crime, ou, às vezes, até injustamente, estão trancafiadas em celas no sistema penitenciário brasileiro.

Há dois domingos, fiz uma visita, juntamente com o Padre Agostinho, da Pastoral Carcerária, à cadeia feminina de Pinheiros. Ali encontrei mais de 750 mulheres praticamente sem voz e sem vez.

A minha maneira de homenagear, hoje, a mulher seria trazer ao conhecimento deste Plenário a si-

tuação em que se encontram aquelas mulheres. Por isso, peço licença para ler, com brevidade, o ofício que encaminhei ao Governador Geraldo Alckmin a respeito do que lá observei. Recebi – não vou lê-las aqui – cerca de 200 cartas, num período de aproximadamente duas horas em que lá fiquei. Aqui está o relato que assinei com o Padre Agostinho:

Senhor Governador,

Conforme havia transmitido a Vossa Excelência, como membros da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, temos tido a intenção de realizar visitas a estabelecimentos penais para acompanhar eventuais problemas que porventura estejam ocorrendo e, desta maneira, construtivamente, colaborar com os responsáveis tanto nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para fazer as modificações que se tornem necessárias.

Com este objetivo, no dia 16 de fevereiro, domingo, das 16:30 às 18:30 horas, realizamos uma visita – surpresa – na Cadeia Pública feminina nº 1 de Pinheiros, na Capital de São Paulo, onde se encontram cerca de 750 presas. Tendo em vista a condição de ambos, Senador da República por São Paulo e Sacerdote, com bastante experiência em visitas dessa natureza, as funcionárias de plantão naquela tarde nos autorizaram fazer a visita às mulheres que ali estavam detidas nas diversas celas e pátios existentes.

Um dos intuitos da visita foi dar voz e vez àquelas mulheres que se encontram com grande dificuldade de transmitir as suas necessidades aos responsáveis pelo sistema carcerário e pela justiça em nosso País. Na definição de uma delas, aquele local é um depósito de mulheres esquecidas.

É bom lembrar e exemplificar alguns de seus direitos fundamentais:

1) Saúde:

Há detentas com AIDS, tuberculose, câncer etc. sem assistência condigna. Nota-se a precariedade de higiene, pois muitas reclamaram da existência de ratos, baratas, escorpiões. Isto é agravado pelas pouquíssimas horas de água, diariamente. A carência de medicamentos e assistência à saúde é grave. Entre mais ou menos 25 mulheres grávidas, há cerca de 7 presas com

mais de 7 meses de gravidez, sem atenção necessária. Há casos de mulheres que deram à luz e tiveram que esperar 10 ou mais dias para começar a amamentação de seus filhos, que obviamente são inocentes. Exame pré-natal não existe.

2) Direito à Progressão de Regime Prisional:

A falta de transferência de presas já condenadas para estabelecimentos próprios é, no mínimo, gravíssima irregularidade cometida pelo Governo Estadual, onde duas secretarias – Segurança Pública e Administração Penitenciária – permanecem num irresponsável “jogo de empurra”. A PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL não é um direito delas?

3) Direito ao Trabalho, à Ocupação e Remição De Pena:

Falta de trabalho e/ou ocupação, pois a total e absoluta ociosidade, em celas superlotadas, provoca graves problemas psicológicos, psiquiátricos e outras decorrências. Onde vai parar a possibilidade de remição de pena?

4) Torturas:

Há denúncias de torturas aplicadas às presas, havendo, inclusive, processo que tramita há dois anos. A Juíza Corregedora, Dr^a Ivana David Boriero, pode informar sobre várias apurações determinadas a respeito de crimes de tortura. Há um procedimento que apura sobre disparo de arma de fogo ocorrido dentro de uma das alas daquele presídio, pelo Delegado de Polícia Dr. Gasparetti, atual Diretor, que nos foi relatado pelas detentas.

Dois fatos na visita chamaram a atenção: a chegada de policiais do GOE, depois da primeira hora e meia de nossa visita, fortemente armados, apesar de tudo ter, até aquele momento, transcorrido na mais absoluta ordem, e, também, nos últimos minutos, a presença do Dr. Antônio Chaves Martins Fontes, Diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap), que, alegando que já começava a escurecer, resolveu nos impedir de visitar a terceira e quarta alas, cujas presas imploravam a nossa presença. Registro que, na oportunidade, como Senador, já havia informado que Vossa

Excelência havia me autorizado, e à Comissão Teotônio Vilela, realizar visitas como essa aos estabelecimentos prisionais.

A Comissão Teotônio Vilela, neste ano de 2003, completa 20 anos de existência e seus membros fundadores têm larga experiência no trato com presos e autoridades.

Senhor Governador, reiteramos que o objetivo de nossa ação é colaborar para que os responsáveis pelo sistema prisional possam de fato estar respeitando a Constituição do Brasil, as leis relativas aos direitos das presas e os Direitos da Pessoa Humana. Em pleno início do século XXI, é mister que os responsáveis pelo sistema prisional feminino tenham a devida sensibilidade e competência para dar o tratamento adequado às mulheres que devem ter a oportunidade de reconstruírem bem as suas vidas.

A Paz é Fruto da Justiça

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy, Marcelo Duarte de Oliveira** (Pe. Agostinho)

Sr^a Presidente, concluindo, gostaria aqui de transmitir a preocupação, que sei ser de todos os brasileiros e brasileiras, com respeito ao ocorrido com a Sr^a Prisciliana Pereira Acosta, que, infelizmente, há duas semanas, morreu de frio ao tentar atravessar a fronteira do México com os Estados Unidos, junto ao rio Bravo. Ela, orientada por uma dessas pessoas que encaminham latino-americanos a cruzarem aquela fronteira e que deveriam estar aguardando-a junto à margem do rio, morreu de frio à margem do rio que atravessaria a nado no dia seguinte.

Lembro esse episódio porque, tipicamente, esse muro construído entre a fronteira dos Estados Unidos com o México, depois da queda do Muro de Berlim, não condiz com os anseios de liberdade que o próprio Governo dos Estados Unidos hoje prega. E é desejo daquele país que, do Alasca à Patagônia, constitua-se uma zona de livre comércio. Que essa área seja de efetiva integração, não apenas do ponto de vista do capital, dos bens de serviço, para circular livremente pelas fronteiras, sem barreiras, mas, sobretudo, do ponto de vista dos seres humanos, que deveriam ter o direito de livre locomoção nessa área – como começam a ter as populações do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia e Chile, cujos Presidentes assinaram recentemente um tratado segundo

o qual toda e qualquer pessoa pode circular livremente em nosso País. Torcemos para que, em breve, isso se torne uma realidade e não mais haja muros como esse, onde diversos latino-americanos, inclusive brasileiros, já foram mortos, como Prisciliana Pereira Acosta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Senador Eduardo Suplicy, agradecemos o pronunciamento de V. Ex^a e pedimos uma cópia dessa carta enviada ao Governador Geraldo Alckmin, para que a bancada feminina do Congresso Nacional possa se posicionar também sobre a situação das mulheres no sistema prisional.

Passo a palavra à Deputada Ann Pontes, do PMDB do Pará.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, na pessoa de quem saúdo as demais Parlamentares aqui presentes, agradeço-lhe por oportunizar a palavra à única Deputada Federal do Estado do Pará. Minhas senhoras e meus senhores, o grande desafio deste século está na mudança de comportamento da sociedade, no sentido de unirmos esforços para assegurar a dignidade da pessoa humana.

O respeito aos direitos humanos da mulher deve ser uma constante para se garantir a proteção de direitos fundamentais, como, por exemplo, os enunciados há pouco pelo Senador Eduardo Suplicy. Mas, para isso, urge que intensifiquemos a inserção das mulheres nos assuntos econômicos, sociais e políticos, mediante o reconhecimento e a atuação do Estado, para atender às questões específicas das mulheres, consideradas na sua vida real, isto é, a mulher indígena, negra, jovem, idosa, trabalhadora rural e urbana, a empregada doméstica, a chefe de família. Só assim estaremos contribuindo, de fato, para uma sociedade comprometida com o combate à exclusão social, ao analfabetismo, à violência, enfim, a toda e qualquer forma de discriminação.

Vivam as mulheres, seres humanos incansáveis e necessários nesta construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Agradeço à Deputada Ann Pontes.

Concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas, a nossa última oradora inscrita.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Deputada Iara Bernardi, companheiras da Mesa, Sr^{as} e Srs. Congressistas, companheiras e companheiros presentes nesta Casa, cumpro minha tarefa de encerrar esta sessão solene e vejo agora o plenário já vazio. Muitas mulheres se foram, voltaram às suas atividades, ao seu trabalho, creio, regozijadas pelo dia de hoje, pela homenagem justa à luta das mulheres.

Vimos passar por esta Casa grandes mulheres, mulheres que hoje se encontram em suas casas, em seus locais de trabalho, nos seus Estados; mulheres que se foram; mulheres que participaram da luta para colocar dentro do Congresso Nacional homens de grande valor, de estatura moral e política inesquecível, como o nosso saudoso Mário Covas e sua eterna e terna Lila, companheira de muitas lutas. Aqui vejo Moema São Thiago, nossa colega na Constituinte, guerrilheira, que perdeu seu companheiro no combate pela defesa da democracia e da liberdade neste País. Muitas já se foram, muitas voltaram, e poucas aqui estão.

As mulheres foram representadas aqui de todas as formas, elogiadas, lembradas em versos, em discursos, em pronunciamentos importantes, revivendo o passado, trazendo para o presente a necessidade de nos integrarmos mais à nossa luta, de nos conscientizarmos mais de que é preciso aumentar a representatividade feminina.

Iara Bernardi, ontem, com lágrimas nos olhos, ao participar de uma reunião na Casa com outras colegas, entre as quais eu estava, senti o quanto é difícil romper – como está escrito no depoimento, na singela homenagem da Deputada Fátima Bezerra – as amarras, como é difícil romper o cerco, como é difícil avançar. Mas avançamos. Quando estávamos escrevendo a nova Constituição, tivemos muitas dificuldades, lembra-se, Moema? Não é, Senador Eduardo Suplicy, nosso eterno companheiro das caminhadas femininas?

Aqui, as mulheres operárias, trabalhadoras, profissionais, políticas, mães, todas foram lembradas. Nesta sessão conjunta do Congresso Nacional, não vimos uma palavra de vacilo no pronunciamento das

mulheres. Seguras, como a mulher do Acre com sua bandeira de paz.

No meu sentimento de mãe, de mulher, de cidadã, de política, só a mulher é capaz de promover a paz. É sempre a mulher a conciliadora, a interlocutora. É sempre a mulher que muitas vezes recua para depois tentar, num avanço, novas conquistas em favor da sociedade como um todo; é a mulher que tem seu companheiro ao lado; é a mulher que participa silenciosamente – não é, Alba? –, mas que está sempre presente. Quando há uma conquista efetiva neste País, em qualquer rumo, em qualquer direção, pode-se procurar que, ao lado, haverá uma mulher; no canto, uma mulher; atrás, uma mulher; lá na frente, já partindo para outra batalha, uma mulher.

Por isso, antes de encerrar meu discurso, quero falar de quatro mulheres que me vêm à memória e que não podemos esquecer: Dona Dadá, mãe do Senador Magno Malta, que é sempre reverenciada pelo filho nas suas caminhadas políticas; minha mãe; Moema São Thiago; e a inesquecível Cristina Tavares, que já se foi há muito tempo. Cristina era um baluarte nesta Casa, uma mulher que, já nos últimos dias de vida, com dificuldade para caminhar, pegava-nos pelas mãos, apertava-as carinhosamente, silenciosamente, e dizia: “Ainda não chegamos a lugar nenhum”. Chegamos, sim, a algum lugar, juntas, unidas, destemidas, corajosas e, sobretudo, verdadeiras.

Denise Frossard termina dizendo que só excede no seu tempo quem fala em legítima defesa. O que fizemos nesta sessão foi falar em legítima defesa da causa da mulher brasileira. Não escrevemos todas as leis, não regulamentamos todas as que escrevemos, temos muito a escrever. E o Senador Eduardo Suplicy, de uma forma que só S. Ex^a sabe fazer, na Semana da Mulher, vai visitar um presídio e ver de perto, com seus olhos, com sua sensibilidade, e trazer para nós, mulheres, o seu depoimento e lembrar-nos de que: “Além de tudo que estão fazendo, há, ainda, 750 mulheres abandonadas, sem os seus direitos, e que precisam ser assistidas, lá, onde estão recolhidas, numa detenção”.

É disto que precisamos: emprestar nossos olhos, nosso coração, nossa verdade, nossa ternura – sabemos tê-la mais que os homens, isso é uma verdade –, para que, junto com outros olhos – do Senador, de homens simples, trabalhadores, companhei-

ros, maridos, irmãos, filhos –, possamos dizer que estamos construindo uma sociedade justa e igualitária, mas, sobretudo, solidária à luta das mulheres. Que estejamos, ombro a ombro, dia a dia, conquistando esta sociedade, com o olhar terno dos homens para a nossa luta, com o olhar solidário do Senador Eduardo Suplicy, e também do Senador Tasso Jereissati, do Senador Magno Malta e do Deputado Maurício Rabelo. Nós, mulheres, reunidas, precisaríamos que todos os homens desta Casa viessem aqui para nos ouvir e levar essa mensagem para suas casas.

Quero dizer, ainda, Deputada Iara Bernardi, que uma coisa me honra muito: ser mãe de uma mulher, que se chama Júlia – aliás, eu a crio com a ajuda da Dida, que trabalha comigo há anos e também é mãe. À Júlia, lembro, todos os dias, que, para que a sociedade que queremos exista, para que um Brasil e um mundo melhores existam, é preciso que ela seja uma mulher melhor, mais integrada, mais participante, mais consciente de seus deveres e de suas responsabilidades.

Parabéns a todos os membros da Mesa, especialmente a Iara Bernardi, por sua obstinação e carinho em organizar este evento e dele participar, apesar dos momentos difíceis, como todos temos! Parabéns a todos os presentes! Um abraço carinhoso de quem acredita que, no próximo ano, teremos mais coisas para comemorar da tribuna desta Casa. Agradeço a todos pelo companheirismo nesta solenidade, e espero que, na próxima sessão, possamos contar com todos os Parlamentares, que eles venham nos ouvir. Não nos estamos gabando de nada, apenas contando nossa história para construirmos uma história melhor no futuro.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Agradecemos as palavras da Deputada Rose de Freitas e nos encaminhamos para o encerramento desta sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar, debater e discutir o Dia Internacional da Mulher, ocorrido em 8 de março.

O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares e o Deputado Pompeo de Mattos enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário ao Regimento Comum.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho a essa sessão solene, em meu nome e no da Liderança do Partido Socialista Brasileiro no Senado Federal, para prestar as devidas homenagens às mulheres, pela celebração no último dia 8 de março do Dia Internacional da Mulher.

A luta da mulher por direitos, incluindo os políticos, iniciou-se anos atrás durante a revolução burguesa. No Estado Liberal do século XVII, os direitos políticos ainda eram restritos. O voto censitário limitava participação política à parte da sociedade com determinada renda. No entanto, a discriminação por sexo era tamanha que nem a mulher proprietária tinha o direito de votar. O artigo primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão diz: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

O período da Revolução Francesa é o marco do aparecimento da igualdade política. Esta exige que qualquer pessoa, desde que possa decidir livremente, possa participar do poder do Estado pelo voto. O filósofo Condorcet foi defensor da participação das mulheres na vida pública, já que o princípio da igualdade natural não poderia permitir a exclusão por sexo. “É a igualdade entre os homens; seres humanos, e não como os machos da espécie”.

Data de 1948 a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, em seu artigo 2º, condena toda discriminação fundada não só sobre a religião, a língua, mas também sobre o sexo e a raça. Em **A Era dos Direitos**, Norberto Bobbio, escreve:

“No que se refere à discriminação fundada na diferença de sexo, a Declaração não vai e não pode ir além dessa enunciação genérica, já que se deve entender que, quando o texto fala de ‘indivíduos’, refere-se indiferentemente a homens e mulheres. Mas, em 20 de dezembro de 1952, a Assembleia Geral aprovou uma Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, que (...) prevê a não-discriminação tanto em relação ao direito de votar e de ser votado quanto à possibilidade de acesso a todos os cargos públicos.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, nossa Constituição vigente assevera a igualdade de homens e mulheres. Os Direitos Políticos das mulheres

também estão assegurados na Carta Constitucional brasileira, inclusive o novo Código Civil – que entrou em vigor em janeiro deste ano – trouxe para o texto da lei civil vários direitos que até então eram reconhecidos pelos Tribunais brasileiros. Porém fica a pergunta: será que a real situação feminina em nossa sociedade é de igualdade com os homens? Ou a mulher ainda é considerada “cidadão secundário” no contexto social?”

Segundo estatísticas da ONU de 1999, enquanto as mulheres representam um terço (1/3) da força produtiva do planeta, elas recebem um dez avos (1/10) da renda mundial e possuem um por cento (1%) dos bens e propriedades no mundo. Elas ainda são responsáveis por dois terços (2/3) de todas as horas de trabalho em nosso planeta, e, as estatísticas ainda demonstram que elas ganham a metade do salário recebido pelo trabalhador masculino.

No Brasil, na maioria das vezes quando a mulher tem a possibilidade de manter o emprego, ela é obrigada a aceitar a diferença salarial de sessenta e cinco virgula oito por cento (65,8%) do que é pago aos homens.

É preocupação de todos que tratam da questão de gênero, oferecer ao País meios capazes de tornar mais efetiva a participação feminina nos quadros institucionais de nossa terra, atribuindo eficácia prática à norma constitucional que garante a igualdade entre homens e mulheres. Todavia, forte é ainda a resistência à aceitação dos novos papéis desempenhados pela mulher.

Assim, sem as medidas de ações positivas, de caráter imediato, com o objetivo de corrigir a exclusão da mulher na integração e participação ativa no poder da sociedade, continuaremos a assistir durante muito tempo apenas medidas simbólicas tomadas pelo Poder Público. Isso para não falar nas minorias reais, como a dos negros; pois, no Brasil, a representação política do negro, por ser quase nenhuma, reflete um verdadeiro escândalo.

As mulheres, a bem da verdade, vão conseguindo sua emancipação da maneira que outros discriminados ainda não conseguiram por mais que se multipliquem: pela simples pressão da quantidade. Estão tomando o poder em hordas. Hoje, em qualquer turma de formatura de Medicina, Direito, Arquitetura, Comunicação Social, há mais mulheres do que homens.

Apenas para se ter uma idéia, as mulheres representam a metade das matrículas dos cursos de Direito em todo País; somam 25% dos juizes da Justiça Comum de primeiro e segundo grau, chegam a 34 da representação na Justiça do Trabalho, e cresce em número de promotoras e defensoras públicas.

Portanto, Sr^a Presidente, apesar de uma igualdade não assegurada pelos costumes sociais, as mulheres estão conquistando posições de máximo relevo no meio científico, nas universidades, nos postos de comando das empresas – inclusive com características especialmente marcantes, como empreendedoras – e, enfim, no mundo econômico, cultural e político.

A discriminação, por ser expressão de injustiça e primitivismo, é intolerável e deve, por isto, ser repelida. Por outro lado, é certo que o Brasil, nação jovem que vem sendo construída com idealismo e o trabalho de seu povo, não pode se dar ao luxo de prescindir da peculiar inteligência das mulheres e da sensibilidade feminina na construção de um País melhor.

Enquanto a mulher não tiver, efetivamente, a participação nas ações de direção do Estado continuará ocorrendo a discriminação, como por exemplo as desigualdades salariais. Assim, enquanto não houver efetivos direitos iguais entre homens e mulheres, todas as medidas para reparar séculos de desigualdades serão bem-vindas.

Era o que tinha a dizer

Muito obrigado!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, nesta sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com muito mérito, destacou-se o papel importante da Mulher na história, na cultura e no cotidiano da sociedade brasileira e mundial.

Como gaúcho, porém, peço licença para destacar e homenagear a figura da mulher na história do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, a figura feminina é um elemento singularíssimo; independente da etnia ou classe social que representa. Manifesta-se com uma presença forte e batalhadora que não costuma baixar a cabeça e submeter-se a situações em que fique rebaixada ou inferiorizada.

A gaúcha acostumou-se com o sofrimento, sem jamais se dar vencida a ele. Muito pelo contrário: encontra nas dificuldades motivo de força e resistência.

Considerada imprescindível nos períodos de revolta, a mulher participa ativamente dos episódios históricos do Rio Grande do Sul.

Obrigada a sofrer calada durante mais de duzentos anos de combates e revoltas, elas viram partir para guerras seus pais, irmãos, maridos e filhos, ficando com a obrigação de cuidar da casa, dos filhos pequenos e das filhas moças, da criação e plantação. Não precisamos procurar muito para chegarmos a esta conclusão: se os homens válidos estavam envolvidos diretamente nos entevos, a quem ficaria delegada a missão de manter de pé as estruturas familiares inclusive as econômicas do Estado?

A mulher gaúcha levou em suas costas, por uma infinidade de vezes, toda a responsabilidade de manter o Rio Grande ativo enquanto seus homens emprestavam suas forças a causas políticas. Muitas vezes elas assumiam também o papel de soldado, pois, ficando desprotegida a casa, a elas caberia a responsabilidade de proteger os bens e a integridade da família.

Não podemos esquecer que a mulher sempre trabalhou nas estâncias, assegurando a economia do Rio Grande do Sul, enquanto seu pai, esposo e filho saíam para defender as fronteiras e os ideais rio-grandenses.

Dentre tantas grandes mulheres que se destacaram no cenário rio-grandense, em defesa das nossas fronteiras, destacamos a Marquesa de Alegrete: heroína anônima, nobre pampeana, que, em 14 de janeiro de 1717, na Batalha de Catalan, ao lado do esposo Marquês de Alegrete – Luiz Telles de Caminha e Menezes, e do filho, ajudou a escrever com sangue, suor e lágrimas, a história das batalhas entre Portugal e Espanha, servindo como enfermeira, mãe e até soldado, na demarcação de fronteiras do nosso pago gaúcho. A história também registra a mulher farroupilha do decênio heróico, que foi a mulher que, de uma forma ou de outra, figurou na história oficial do decênio heróico. Dentre elas citamos Anita Garibaldi (Ana Maria de Jesus). Mulher intensamente feminina, ativa, forte de ânimo, de decisões rápidas, exímia cavaleira, que despertou em Giuseppe Garibaldi um fortíssimo sentimento, mesmo nos poucos contatos que tiveram em Santa Catarina, quando da invasão de Laguna pelas tropas farroupilhas; além de Maria Josefa da Fontoura Palmiro, que promovia reuniões políticas em sua casa, em Porto Alegre, em apoio a Bento Gonçalves e aos Farrapos, e também defendia a libertação dos escravos e tantas outras causas.

A participação da mulher foi de fundamental importância no contexto da formação da história social e cultural do Rio Grande.

A Revolução Farroupilha colocou a mulher num encontro ingrato e arriscado com a vida, porém, por mais ameaçadoras, que se tenham apresentadas as circunstâncias, ela sempre soube manter-se firme. Quanto mais a situação era adversa, mais a mulher soube se transformar na forja sagrada das convicções do herói farroupilha.

A mulher guerreira ficou conhecida por “vivan-deira”, a “china de soldado”, foi a mulher que acompanhou as tropas em seus deslocamentos e permaneceu nos campos de combate cuidando do soldado.

A mulher estancieira foi a mulher que permaneceu na estância, administrando as lides campeiras e domésticas, tomando conta do lar, dos filhos, da estância e cuidando dos negócios do homem ausente, que rezava pelos vivos e chorava os mortos. Era, aos olhos de Deus e da sociedade patriarcal, a mãe, a esposa, a filha, permanecendo em casa, aguardando ansiosa o desfecho da guerra e o retorno do guerreiro.

Muitas foram as heroínas desconhecidas que lograram entrar na história e que só agora recebem reconhecimento, como Caetana, esposa de Bento Gonçalves da Silva e Elautéria, mulher de Manuel Antunes da Porciúncula.

Neste difícil momento, o valor da mulher farroupilha foi testado, fazendo com que seu coração vivenciasse as inúmeras novas circunstâncias, levando a sujeitar-se às necessidades, aos infortúnios, mas ela foi competente em sua função, incansável no desempenho do seu papel. Encantadora e generosa, companheira, não se deixou arrastar por convicções derrotistas, deixando na história um admirável perfil, abrindo perspectivas esplêndidas de esperança para seu companheiro, com admiráveis e imprescindíveis fatores decisivos e determinantes da inacreditável persistência dos farrapos.

A mulher farroupilha, com seu sentimento de compreensão e solidariedade, muito auxiliou o desenvolvimento da semente da República Rio-grandense, fazendo frutificar, em heroísmo, a alma da gente farroupilha. Ela soube avaliar e enfrentar o perigo, não para receá-lo, e sim para combatê-lo. Esta foi a mais sublime e valorosa lição feminina, raramente descrita com a merecida justiça e homenagem dos pósteros.

A mulher sempre promoveu a mais iluminada unidade de fé, auxiliou a compor as mais importantes

páginas da história gaúcha em meio a grande destruição, acreditou e fez acreditar, que sempre se salva algo dignificante da vida.

Inúmeras foram as heroínas anônimas, que, cuidando dos filhos, dos interesses familiares e da economia do Rio Grande, deram ânimo, apoio e acreditaram nos anseios farroupilhas.

Voltando o olhar sobre nosso heróico passado, constatamos que, mesmo durante o dramático e sangrento decênio farroupilha, o homem nunca esteve só: a providência divina colocou ao seu lado uma grande parceira de lutas e fiel companheira.

A transformação política, social, econômica e tecnológica chegou ao Rio Grande do Sul, levou a mulher gaúcha, a prenda tradicionalista, a sair às ruas, buscar seu espaço, independência e melhores condições de sobrevivência, porém conservando intacto o seu sentimento pela tradição gaúcha de apego à família e de amor ao semelhante. Encerro este pronunciamento declamando um poema de minha autoria, em homenagem à heroína Anita Garibaldi.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR POMPEO DE MATTOS EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

I

Anita mulher guerreira
Que simboliza uma Saga
Scrita a ponta de Adaga
Como quem cumpre uma Sina
Que mostrou desde menina
Ser forte e determinda
Ser alguém predestinada
A escrever a própria história
Com mil façanhas e glórias
Que hoje são lembradas

II

Foi assim que aprendi
Relendo a história Farrapa
Que redesenhou o mapa
Demarcando a trajetória
De um povo cuja memória
Hoje te reverencia
Dizendo “Ana Maria”
Ou simplesmente “Anita”
És tu a guerreira bendita

Que foi gaúcha um dia

III

O Rio Grande farroupilha
De guerreiro abarbarados
Se sentindo encurralados
Pela força Imperial
Fez de um corsário, oficial
Na batalha de laguna
Que trocou a vida reiúna
Pelos encantos do amor,
E “Anita” tu foste a flor
Que encantou o guerreiro
Transformando o aventureiro
Num fidalgo “Gran Senhor”

IV

Anita de Garibaldi
Ou Garibaldi de Anita
Valente mulher bonita
Timoneira do “Seival”
Como tu não tem igual
E nem há comparação
És tu a própria razão
Do legado farroupilha
Que seguindo tua trilha
Forjou o ideal da raça
Que hoje retrato com graça
No meu álbum de família

V

Anita mãe e amante
Guerreira e admirada
Que amou e foi amada
E deu exemplo de vida
Tu jamais será esquecida
Pelos teus gestos de amor
Pelos teus dons, teu valor
E teu ideal libertário
E os teus feitos legendários
Tem as mãos do criador

VI

Alguns dizem que tu és Santa
Que és Beata milagreira
Que é uma Santa guerreira
De laguna ou Lageana
Mista de virgem e profana,
O que importa a identidade

Se hoje toda a humanidade
Para ti faz reverência
Só por que já tem consciência
Que és gaúcha na verdade

VII

Anita mulher gaúcha
Da província cisplatina
Da Pampa continentina
E mãe de dois continentes
Tu lançastes a semente
De um povo bravo e altaneiro
Do gaúcho brasileiro
Com a mescla de italiano
E quanto mais passa os anos
Mais me sinto teu herdeiro

VIII

Tuas façanhas são lendas
Contadas em noites campeiras
Quando ao pé da figueira
Pariu um filho solita
Anita, mulher bonita
Santa e bela Catarina
Brasileira Uruguai, campesina
Que atravessou oceano
Para em solo Italiano
Ser mãe, mulher e heroína

IX

Tu és a história viva
Do nosso antepassado
Do Rio Grande retovado
Do gaúcho insubmisso
E talvez seja por isso
Que te faço reverência
É que na minha consciência
De Pampa continentina
Tu foste a Santa Catarina
Que defendeu a Querência

A SRA. PRESIDENTE (Iara Bernardi) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 28 minutos.)

(O.S 11018/03)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 15-5-2002

Composição

Presidente: Deputado José Carlos Aleluia

1º Vice-Presidente: Senador Freitas Neto

2º Vice-Presidente: Deputado Anivaldo Vale

3º Vice-Presidente: Senador Tião Viana

Relator da LDO: Senador João Alberto Souza

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2003: Senador Sergio Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Gilvam Borges	1. Alberto Silva
Fernando Ribeiro (44)	2. Nabor Júnior ⁽⁴²⁾ ⁽³⁶⁾ ⁽⁴⁴⁾
Gilberto Mestrinho(42) ⁽³⁶⁾	3. Ney Suassuna
João Alberto Souza (2)	4. Valmir Amaral
Sergio Machado	5. Carlos Bezerra
Marluce Pinto	6. Amir Lando ⁽⁷⁾
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1. José Jorge ⁽³³⁾
Moreira Mendes	2. Romeu Tuma
Leomar Quintanilha	3. Paulo Souto
Jonas Pinheiro	4. Francelino Pereira
Antonio Carlos Júnior ⁽⁷⁾ ⁽²⁰⁾ ⁽³⁴⁾	5. (vago) ⁽¹⁸⁾

* Designação feita em 9-5-2002 (SF)

⁽⁴²⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Ribeiro para suplente e do Sen. Gilberto Mestrinho para titular, em 11-11-2002 PMDB-SF

⁽⁴⁴⁾ Substituições do Sen. Nabor Júnior (T) pelo Senador Fernando Ribeiro (T) e do Senador Fernando Ribeiro (S) pelo Senador Nabor Júnior (S), em 12-11-2002 - PMDB - SF.

⁽³⁶⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Ribeiro para titular e do Sen. Gilberto Mestrinho para suplente, em 6-11-2002 PMDB-SF

⁽²⁾ Remanejamento do Senador João Alberto Souza para titular e do Senador Amir Lando para suplente, em 15-5-2002 PMDB - SF

⁽³³⁾ Substituição do Senador Antonio Carlos Júnior (S) pelo Senador José Jorge (S), em 5-11-2002 - PFL-SF.

⁽⁷⁾ Substituição do Senador José Jorge pelo Senador Adir Gentil, em 28-5-2002 - PFL-SF.

⁽²⁰⁾ Substituição do Senador Adir Gentil pelo Senador José Jorge, em 16-10-2002-PFL-SF.

⁽³⁴⁾ Substituição do Senador José Jorge (T) pelo Senador Antonio Carlos Júnior (T), em 5-11-2002-PFL-SF.

⁽¹⁸⁾ Substituição do Senador Geraldo Althoff pelo Senador José Jorge, em 10-10-2002 - PFL-SF.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: PROCESSO LEGISLATIVO; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(Continuação da composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB-PPB)	
Romero Jucá	1. Ricardo Santos
Freitas Neto	2. Lúcio Alcântara
Antero Paes de Barros ⁽⁴¹⁾ ⁽¹⁵⁾	3. Lúdio Coelho
Ronaldo Cunha Lima	4. Benício Sampaio ⁽⁴⁷⁾ ⁽¹⁶⁾
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS) ^(**)	
Tião Viana	1. Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha	2. Emília Fernandes
Heloísa Helena	3. Roberto Saturnino
Osmar Dias	4. José Fogaça
PSB	
Antonio Carlos Valadares (5)	1. Ademir Andrade ⁽⁵⁾
PTB	
Carlos Patrocínio (45) (40)	1. Wellington Roberto ⁽⁴⁵⁾ ⁽⁴⁰⁾
^(*) PL	
Roberto Saturnino-PT ⁽¹¹⁾	1. (vago)

⁽⁴¹⁾ Substituição do Sen. Benício Sampaio(T) pelo Sen. Antero Paes de Barros, em 11-11-2002-Bloco(PSDB/PPB)-SF.

⁽¹⁵⁾ Substituição do Sen. Antero Paes de Barros pelo Sen. Benício Sampaio, em 20-6-2002 -- Bloco (PSDB/PPB)SF

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Sen. Luiz Otávio(S) pelo Sen. Benício Sampaio, em 22-11-2002- Bloco (PSDB/PPB)SF

⁽¹⁶⁾ Indicação feita em 20-6-2002 - Bloco (PSDB/PPB)SF

^(**) O PDT desligou-se do Bloco Oposição em 17-4-2002 (DSF 18-4-2002)

⁽⁵⁾ Remanejamento do Senador Antonio Carlos Valadares para titular e do Senador Ademir Andrade para suplente, em 16-5-2002 -- PSB -- SF.

⁽⁴⁵⁾ Remanejamento do Sen. Carlos Patrocínio para titular e do Sen. Wellington Roberto para suplente, em 13-11-2002-PTB-SF.

⁽⁴⁰⁾ Remanejamento do Sen. Wellington Roberto para titular e do Sen. Carlos Patrocínio para suplente, em 11-11-2002-PTB-SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

⁽¹¹⁾ Substituição do Senador José Alencar pelo Senador Roberto Saturnino, feita em 11-6-2002 -- PL -- SF.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: PROCESSO LEGISLATIVO; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PFL	
Antonio Carlos Konder Reis-SC	1. Átila Lins-AM
Aracely de Paula-MG	2. Cláudio Cajado-BA
João Ribeiro-TO	3. Francisco Rodrigues-RR
Machado-SE ⁽⁵¹⁾	4. Gerson Gabrielli-BA
José Carlos Aleluia-BA	5. Gervásio Silva-SC
Luciano Castro-RR	6. Vago ⁽⁴⁹⁾ ⁽³⁵⁾
Mussa Demes-PI	7. José Carlos Fonseca Jr.-ES
Neuton Lima-SP	8. José Thomaz Nonô-AL
Osvaldo Coelho-PE	9. Lael Varella-MG
Pedro Fernandes-MA	10. Laura Carneiro-RJ
Santos Filho-PR	11. Paes Landim-PI
Pauderney Avelino AM ⁽²⁷⁾	12. José Rocha-BA ⁽⁴⁾
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Julio Semeghini-SP ⁽⁵⁰⁾ ⁽³²⁾ ⁽⁹⁾
Armando Abilio-PB	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Nécio Rodrigues-MG ⁽²⁴⁾
Sérgio Guerra-PE ⁽²³⁾ ⁽²²⁾	4. Custódio Mattos-MG
Rafael Guerra-MG ⁽⁵⁴⁾	5. Domiciano Cabral-PB
João Almeida-BA	6. Helenildo Ribeiro-AL
Alexandre Santos-RJ ⁽²⁵⁾	7. Lúcia Vânia-GO
Alberto Goldman-SP (9)	8. Raimundo Gomes de Matos-CE ⁽⁴³⁾
Ricarte de Freitas-MT	9. Jovair Arantes-GO ⁽¹⁰⁾
Nilo Coelho-BA (10)	10. Paulo Mourão-TO
Paulo Kobayashi-SP (32)	11. Sérgio Barros-AC
Márcio Fortes-RJ ⁽²⁶⁾	12. Vicente Caropreso-SC

⁽⁵¹⁾ Substituição do Dep. Jorge Khoury (T), pelo Dep. Machado (T) em 26-2-2003 – PFL-CD.

⁽⁴⁹⁾ Desligamento do Dep. Wilson Braga (S), em 6-12-2002-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. José Carlos Coutinho (S) pelo Dep. Wilson Braga (S) em 6-11-2002 – PFL - CD

⁽²⁷⁾ Substituição do Dep. Wilson Braga (T) pelo Dep. Pauderney Avelino (T) em 29-10-2002 - PFL-CD.

⁽⁴⁾ Substituição do Dep. Paulo Braga pelo Dep. José Rocha(S), em 15-5-2002 - PFL-CD

⁽⁵⁰⁾ Substituição do Dep. Sampaio Dória(S) pelo Dep. Júlio Semeghini, em 18-12-2002-PSDB-CD.

⁽³²⁾ Remanejamento do Dep. Paulo Kobayashi para titular e do Dep. Sampaio Dória para suplente, em 31-10-2002-PSDB-CD

⁽⁹⁾ Remanejamento do Dep. Alberto Goldman para titular e do Dep. Paulo Kobayashi para suplente, em 5-6-2002-PSDB-CD

⁽²⁴⁾ Substituição do Dep. Chiquinho Feitosa pelo Dep. Nécio Rodrigues (S), em 25-10-2002-PSDB-CD.

⁽²³⁾ Indicação do Dep. Sérgio Guerra em 25-10-2002 – PSDB-CD.

⁽²²⁾ Desligamento do Dep. Basílio Vilani – PSDB, conforme Ofício nº P-158/2002-CMO, de 6-6-2002.

⁽⁵⁴⁾ Indicação do Dep. Rafael Guerra, em 27-2-2003-PSDB-CD (vaga decorrente de término de mandato)

⁽²⁵⁾ Substituição do Dep. Paulo Feijó pelo Dep. Alexandre Santos (T), em 25-10-2002-PSDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição do Dep. Luiz Ribeiro(S) pelo Dep. Raimundo Gomes de Matos, em 11-11-2002-PSDB-CD.

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Roberto Rocha pelo Dep. Nilo Coelho(T), e do Dep. Nilo Coelho pelo Dep. Jovair Arantes(S), em 5-6-2002-PSDB-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Sérgio Carvalho pelo Dep. Márcio Fortes (T), em 25-10-2002-PSDB-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: PROCESSO LEGISLATIVO; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(Continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
PMDB	
Zé Gerardo-CE ⁽⁵⁴⁾	1. Coriolano Sales-BA
Mauro Lopes-MG ⁽⁵²⁾ ⁽⁵³⁾	2. Darcísio Perondi-RS
Eunício Oliveira-CE	3. Gastão Vieira-MA
João Matos-SC	4. Jonival Lucas Júnior-BA
José Borba-PR	5. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	6. Osvaldo Reis-TO
José Priante-PA	7. Zé Gomes da Rocha-GO ⁽³⁾
(vago)	8. Renato Vianna-SC
Olavo Calheiros-AL	9. Silas Brasileiro-MG
Pedro Novais-MA	10. Waldemir Moka-MS
Pedro Chaves-GO (3)	11. Zé Índio-SP
PT	
Carlito Merss-SC	1. Professor Luizinho-SP
Dr. Rosinha-PR	2. Tarcísio Zimmermann-RS
Gilmar Machado-MG	3. Telma de Souza-SP
João Coser-ES	4. Walter Pinheiro-BA
João Grandão-MS	5. Virgílio Guimarães-MG ⁽⁸⁾
Jorge Bittar-RJ	6. José Pimentel-CE ⁽¹⁷⁾
João Magno-MG	7. Pedro Celso ⁽¹⁹⁾

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Aníbal Gomes (T), pelo Dep. Zé Gerardo em 11-3-2003 – PMDB-CD.

⁽⁵²⁾ Desligamento do Dep. Antonio do Valle(T), em 20-12-2002-PMDB-CD.

⁽⁵³⁾ Indicação do Dep. Mauro Lopes (T), em 20-12-2002-PMDB-CD.

⁽³⁾ Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente, em 15-5-2002 PMDB – CD.

⁽⁸⁾ Indicação feita em 4-6-2002 – PT-CD

⁽¹⁷⁾ Indicação do Dep. José Pimentel (S), feita em 8-10-2002 – PT-CD.

⁽¹⁹⁾ Indicação do Dep. Pedro Celso (S), feita em 16-10-2002 – PT – CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.scnado.gov.br>

CLICAR: PROCESSO LEGISLATIVO; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(Continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
PPB	
Almir Sá-RR ⁽¹³⁾ ⁽⁶⁾	1. Cleonânicio Fonseca-SE
Francisco Dornelles-RJ	2. João Pizzolatti-SC
João Leão-MG	3. João Tota-AC
Márcio Reinaldo Moreira-MG	4. José Janene-PR ⁽³⁷⁾
Pedro Henry-MT	5. Ricardo Barros -PR
Roberto Balestra-GO	6. Nelson Meurer-PR ⁽¹⁴⁾
PTB	
Félix Mendonça-BA	1. Eduardo Seabra-AP ⁽⁴⁸⁾
Edir Oliveira ⁽⁷¹⁾⁽⁷⁸⁾	2. Zila Bezerra-AC ⁽³¹⁾
José Carlos Elias-ES	3. Josué Bengtson-PA
Iberê Ferreira-RN ⁽²⁹⁾	4. Romeu Queiroz-MG
Bloco PDT/PPS	
Colbert Martins-BA ⁽⁴⁹⁾	1. João Herrmann Neto-SP ⁽³⁸⁾ ⁽³⁰⁾
Airton Dipp-RS	2. Fernando Coruja-SC
Giovanni Queiroz-PA	3. Geraldo Resende-MS ⁽⁵⁵⁾
Cezar Silvestri-PR ⁽³⁸⁾ ⁽¹²⁾⁽³⁰⁾⁽⁵⁵⁾	4. Pompeo de Mattos-RS ⁽⁴⁶⁾

⁽¹³⁾ Substituição feita em 19-6-2002 – PPB - CD

⁽⁶⁾ Substituição do Dep. Almir Sá-RR pelo Dep. Nelson Meurer, em 21-5-2002 – PPB – (CD)

⁽³⁷⁾ Indicação do Dep. José Janene (S), em 7-11-2002 – PPB – CD.

⁽¹⁴⁾ Indicação feita em 19-6-2002 – PPB – CD.

⁽⁴⁸⁾ Substituição do Dep. Fernando Gonçalves(S) pelo Dep. Eduardo Seabra, em 27-11-2002-PTB-CD.

⁽²¹⁾ Desligamento do Dep. Iris Simões, conforme Ofício nº P-157/2002-CMO, de 6-6-2002.

⁽²⁸⁾ Indicação do Dep. Edir Oliveira (T). feita em 30-10-2002 – PTB - CD

⁽³¹⁾ Indicação da Dep. Zila Bezerra (S), feita em 30-10-2002 – PTB - CD

⁽²⁹⁾ Substituição da Dep. Zila Bezerra pelo Dep. Iberê Ferreira, em 30-10-2002-PTB – (CD)

⁽⁴⁹⁾ Substituição do Dep. Airton Cascavel (T) pelo Dep. Colbert Martins (T) em 26-2-2003 – PPS-CD.

⁽³⁸⁾ Remanejamento do Dep. Clementino Coelho para titular e do Dep. João Herrmann Neto para suplente, em 7-11-2002 – Bloco (PDT/PPS) CD.

⁽¹²⁾ Substituição feita em 12-6-2002- Bloco (PDT/PPS) – CD.

⁽³⁰⁾ Remanejamento do Dep. João Herrmann Neto para titular e do Dep. Clementino Coelho para suplente, em 30.10.2002–PDT/PPS-CD

⁽⁵⁵⁾ Substituições feitas em 11-3-2003 – PPS – CD.

⁽⁴⁶⁾ Indicação do Dep. Pompeo de Mattos(S), feita em 13-11-2002 – Bloco PDT/PPS – (CD)

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: PROCESSO LEGISLATIVO; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(Continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Bloco PL/PSL	
Welinton Fagundes-MT ⁽¹⁾	1.Milton Monti-SP (40)
Wellington Roberto-PB (40)	2.João Caldas-AL
João Leão-BA (40)	3.Humbeto Michelis-AM ⁽⁴⁰⁾
Bloco PSB/PCdoB	
Alexandre Cardoso-RJ	1.Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2.Givaldo Carimbão-AL
Sergio Miranda-MG	3.Tânia Soares-SE
PST	
Divaldo Suruagy-AL	1.Antonio do Valle-MG (PMDB) ^{(39) (51)}
(*)PTN	
José de Abreu-SP	1.(vago)

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala "C" - Sala 8 - Térreo - CEP - 70160-900 - Tel: 318-6937 - 318-6938

⁽¹⁾ Substituição do Dep. Cornélio Ribeiro pelo Dep. Welinton Fagundes, em 10-5-2002 - Bloco (PL/PSL)-CD

⁽⁴⁰⁾ Substituições dos Dep. Juquinha (T) pelo Dep. João Leão (T); do Dep. Eujácio Simões (T) pelo Dep. Wellington Roberto(T); do Dep. Alceste Almeida (S) pelo Dep. Milton Monti (S) e do Dep. Robério Araújo(S) pelo Dep. Humbeto Michelis (S) em 25-2-2003 - PL-CD.

⁽³⁹⁾ Indicação do Dep. Mauro Lopes (S), em 7-11-2002 - PST - CD.

⁽⁵¹⁾ Substituição do Dep. Mauro Lopes(S) pelo Dep. Antonio do Valle, em 20-12-2002-PST-CD.

(*)Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: PROCESSO LEGISLATIVO; PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS